



Número: **0804606-02.2016.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Órgão julgador: **13ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **01/02/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CARLOS CRISTOVAM DE MELO (AUTOR)		IRINA NUNES CABRAL DE PAULO (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)		WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
2849453	01/02/2016 12:53	Petição Inicial	Petição Inicial
2850924	01/02/2016 12:53	INICIAL	Documento de Comprovação
2850925	01/02/2016 12:53	PROCURAÇÃO	Procuração
2850926	01/02/2016 12:53	DECLARAÇÃO DE POBREZA	Outros Documentos
2850927	01/02/2016 12:53	HABILITAÇÃO	Outros Documentos
2850928	01/02/2016 12:53	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Outros Documentos
2850929	01/02/2016 12:53	LAUDO MÉDICO HOSPITAL DE TRAUMA	Outros Documentos
2850931	01/02/2016 12:53	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Outros Documentos
3017621	17/03/2016 17:55	Despacho	Despacho
6289761	19/01/2017 10:51	Petição	Petição
6289770	19/01/2017 10:51	PETIÇÃO DE ACORDO - JUNTADA - CARLOS CRISTOVAM DE MELO	Outros Documentos
6289778	19/01/2017 10:51	COMPROVANTE PAGAMENTO	Outros Documentos
6289782	19/01/2017 10:51	Portaria SUSEP 34 02 08 2016 - Mudança de Razão Social Seguradora Líder-DPVAT	Outros Documentos
6289787	19/01/2017 10:51	PROCURAÇÃO LIDER - 17.05.2016 - ok	Procuração
6289789	19/01/2017 10:51	SEGURADORA LÍDER - KIT ATUAL red Parte1	Outros Documentos
6289792	19/01/2017 10:51	SEGURADORA LÍDER - KIT ATUAL red Parte2	Outros Documentos
6289796	19/01/2017 10:51	MAPFRE SEGUROS GERAIS - completa	Outros Documentos
8450805	27/06/2017 15:04	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos

11962 469	22/12/2017 15:00	Petição	Petição
11962 473	22/12/2017 15:00	PETIÇÃO DE CUSTAS SIMPLES - JUNTADA DE COMPROVANTE (5)	Outros Documentos
11962 477	22/12/2017 15:00	BOLETO DE CUSTAS	Documento de Comprovação
11987 836	02/01/2018 11:29	Petição	Petição
11987 840	02/01/2018 11:29	TERMO	Outros Documentos
29846 646	15/04/2020 02:19	Despacho	Despacho

SEGUE PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ANEXOS



Cabral & Coutinho

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA/PB.**

CARLOS CRISTOVAM DE MELO, brasileiro, casado, porteiro, portador do RG 102.430-7 SSP/PB e inscrito no CPF sob nº 691.144.554-04, residente e domiciliado na Rua Professor João Gomes Coelho, nº 292, Bairro Cruz das Armas, João Pessoa, CEP 58.085-440, no Estado da Paraíba, vem à presença de Vossa Excelência, por sua advogada abaixo assinada, com escritório profissional sito à avenida Coremas, nº 172, bairro Centro, João Pessoa, CEP 58.013.430 no Estado da Paraíba, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA (SEGURO DPVAT)

em face da **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, empresa com sede à Avenida Presidente Epitácio Pessoa, nº 723, bairro dos Estados, João Pessoa/PB, CEP 58.030.000, inscrita no CNPJ sob nº 61.074.175./0001-38, e **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 14º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro – RJ, e o faz consubstanciado nas seguintes razões:

1. PRELIMINARMENTE.

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99626-1510/99113-0753/99918-1400
E-mail: ccf.advs@gmail.com



Cabral & Coutinho

1.1 DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

AB INITIO, diante da situação financeira em que se encontra o Promovente requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso a Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

É cediço que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conformem preceitua a Lei de nº 1.060, de 05/02/1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º caput.

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.

1.2 DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL.

Insta ressaltar, que o foro competente para apreciar demandas cujo objeto, sejam a cobrança do seguro DPVAT, deverá ser fixado segundo o livre discernimento do Autor, conforme preconiza a Súmula 540 do Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos:

SÚMULA 540 – “NA AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT, CONSTITUI FACULDADE DO AUTOR ESCOLHER ENTRE OS FOROS DO SEU DOMICÍLIO, DO LOCAL DO ACIDENTE OU AINDA DO DOMICÍLIO DO RÉU”.

2. DO ESCOÇO FÁTICO.

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99626-1510/99113-0753/99918-1400
E-mail: ccf.advs@gmail.com



Cabral & Coutinho

No dia 30/07/2015, o autor sofreu um acidente de trânsito no Bairro de Tambiá, na cidade de João Pessoa-PB, momento em que trafegava em sua motocicleta de marca HONDA TITAN, Ano 2009, de placa NPR 7158, quando ao efetuar uma ultrapassagem para poder entrar numa rua a esquerda, colidiu com outra motocicleta não identificada, em consequência disso o autor perdeu o controle da direção, vindo a cair sobre o solo, tendo sido socorrido pelo corpo de Bombeiros e posteriormente encaminhado ao hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, nesta capital, conforme **ocorrência policial**, anexa.

Em decorrência do sinistro restou-lhe **diversas lesões**, que ocasionaram-lhe sequelas definitivas consoante laudo médico de Dr. Juan Jaime Alcoba Arce CRM – 3323/PB, e demais documentação probatória acostada aos autos.

Neste diapasão, requer o autor a produção de Prova Pericial para que seja a parte promovente submetida à perícia médica judicial, observando para tanto, ser o autor beneficiário da Justiça Gratuita.

Sendo assim, constatado que a debilidade permanente ocorreu em decorrência de acidente de trânsito, tem o autor o direito ao recebimento da indenização do Seguro DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme determinação do art. 3ª, inciso II, da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, acrescido de correção monetária e juros de mora.

Doutra forma, caso seja comprovado pela parte ré o pagamento em qualquer valor do seguro aqui pleiteado, requer seja apurada a possível compensação do *quantum debeatur*, vez que o pagamento do seguro DPVAT deve ser pago no montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

3. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99626-1510/99113-0753/99918-1400
E-mail: ccf.advs@gmail.com



Cabral & Coutinho

3.1 SEGURO DPVAT – DEBILIDADE PERMANENTE – DIREITO À INDENIZAÇÃO.

A demanda ora posta à apreciação do Poder Judiciário há muito já se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

A pretensão autoral encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74 e art. 7º da Lei 8.441/92 e Lei 11.482/2007.

Portanto, tem o autor o direito ao recebimento da quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) em razão da debilidade apresentada acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

3.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DA TABELA MÓRBIDA (ANEXO À LEI 11.945/2009).

A partir dos acidentes ocorridos em 16/12/2008 está em vigor a tabela constante no anexo à Lei 11.945/2009, que dispõe acerca do percentual da invalidez apresentada pela pessoa vitimada. Conforme a sequela apresentada, o valor da indenização pode chegar até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Contudo, diante de tal situação sociocultural em que está inserida a parte demandante, e pela incapacidade apresentada pelo mesmo, em razão da **FRATURA** sofrida, forçoso se faz reconhecer a sua incapacidade total para o trabalho antes desenvolvido.

Sendo assim, calha a aplicação, aqui, do disposto no art. 436 do CPC, para que reconheça a incapacidade parcial do demandante como sendo total:

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99626-1510/99113-0753/99918-1400
E-mail: ccf.advs@gmail.com



Cabral & Coutinho

Art. 436. O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros fatos provados nos autos.

Portanto, requer a V. Exa. que se digne em considerar a situação fática do demandante (escolaridade, profissão, idade), a fim de aplicar o percentual de invalidez total ou mais favorável ao mesmo.

4. DOS PEDIDOS.

PELO EXPOSTO, e com fulcro na CF/88 e na legislação de regência, bem como nos princípios gerais do Direito aplicáveis, requer a V. Exa.:

a) a concessão dos benefícios da **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter o autor condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízos do sustento próprio e de sua família;

b) citar as empresas ora promovidas no endereço mencionado e quando for fora deste foro por carta precatória, para querendo, responder à presente por ocasião da audiência de conciliação/instrução a ser designada por esse Juízo;

c) Tendo em vista que tanto o Autor, como uma das Rés, possuem domicílio nesta Capital, seja a Comarca de João Pessoa, fixada como foro eleito para a tramitação da presente demanda;

d) condenar a ré ao pagamento da indenização (seguro DPVAT) no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) tudo acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso;

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99626-1510/99113-0753/99918-1400
E-mail: ccf.advs@gmail.com



Cabral & Coutinho

e) a **produção de prova pericial** para confirmação da debilidade permanente, observando para tanto o dispositivo ao Beneficiário da Justiça Gratuita;

f) condenar a ré em honorários de sucumbência;

g) que a presente ação seja processada pelo rito sumário, com fulcro no art. 275, II, alínea “e”, do CPC;

h) requer ainda que todas as intimações sejam encaminhadas exclusivamente no nome da procuradora subscrita, **Irina Nunes Cabral de Paulo** OAB/PB n.º 12.554.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termo em que
Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa-PB, 01 de Fevereiro de 2016.

IRINA NUNES CABRAL DE PAULO
OAB/PB 12.554

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99626-1510/99113-0753/99918-1400
E-mail: ccf.advs@gmail.com



Cabral, Coutinho & Fontenelli

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Carlen Cristina de Melo
brasileiro (a); estado civil: solteiro; profissão: Porteiro;
portador(a) do RG nº 1024307, inscrito (a) no CPF sob o nº. 691.144.554-04
_____, residente e domiciliado (a) à Rua Professor João Gomes Pedler, nº 292,
Cruz das Armas, bp 58085-440 Cidade João Pessoa, UF PB.

OUTORGADO(S): OS ADVOGADOS **IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - OAB/PB 12.554,**
NAYARA MARIA DO NASCIMENTO FONTENELLI OAB/PB Nº. 20.836 e **ROBERTO**
GERMANO BEZERRA CAVALCANTI JUNIOR - OAB/PB 10.217, com escritório estabelecido à
Av. Coremas, nº. 172, bairro do Centro, Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba – CEP 58.013-430.

FINALIDADE: Defender os direitos e interesses do (a) outorgante, nas causas administrativas e judiciais em que figura no pólo ativo ou passivo, em especial para representá-la junto a JUSTIÇA CÍVEL DA COMARCA DE João Pessoa - PB.

PODERES: Amplos e ilimitados poderes, com a cláusula "AD JUDICIA", a fim de, em juízo ou fora dele, defender os direitos e interesses do (a) Outorgante, podendo, para tanto, formular pedidos, assinar petições e intimações, apresentar recursos nos Tribunais competentes e acompanhá-los até decisão final. Poderes especiais para peticionar junto a órgãos públicos, inclusive autarquias, empresas públicas e mistas, podendo, ainda, confessar, desistir, acordar, discordar, transigir, firmar compromissos e acordos, receber e dar quitação, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Ficam os Outorgados autorizados, desde já, a proceder ao recebimento dos honorários profissionais na forma do artigo 22, § 4º, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

João Pessoa-PB, 08 de Outubro de 2015.


OUTORGANTE

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/8849-5530/8876-1635/8864-6856
E-mail: ccf.advs@gmail.com



Cabral, Coutinho & Fontenelli

DECLARAÇÃO

Pelo Presente Instrumento Particular:
Paulo Custódio de Melo, brasileiro (a); estado civil:
solteiro; profissão: Fortaleiro; inscrito (a) no CPF nº.
691.444.554-04, portador (a) da cédula de identidade nº 102.430-7,
residente e domiciliado (a) na Rua Professor João Gomes Coelho, nº 292, Cruz das Armas
cidade de João Pessoa, UF PB.

Com fundamento no art. 1º da Lei nº 7.115/83, **declara** neste ato, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, para todos os efeitos legais, **ser pobre na acepção jurídica do termo**, enquadrando-se na concessão prevista na Lei nº 1.060/50 e posteriores alterações, pois a sua "situação econômica" não lhe permite pagar as "custas" do processo e os "honorários de advogado" **sem prejuízo do sustento próprio ou da família**.

João Pessoa - PB, 08 de Outubro de 2015.


DECLARANTE

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB
Fone: (83) 3506-1910/8849-5530/8876-1635/8864-6856
E-mail: ccf.advs@gmail.com



Assinado eletronicamente por: IRINA NUNES CABRAL DE PAULO - 01/02/2016 13:01:32
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16020112515105400000002818891>
 Número do documento: 16020112515105400000002818891

MARIA APARECIDA NUNES DE OLIVEIRA
RUA PROF. JOAO GOMES COELHO, 282 / CAS. DE ESQUINA - CEP 01212-000 - ARARAQUÁ
JOAO PESSOA/PB CEP 58085-440 (AG 1)

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Bd. 280, km 25 - Canto Redondo - João Pessoa/PB - CEP 56071-880
CNPJ: 09.035.183/0001-40 - Ins. Est. 16.015.823-0

Assinatura: RESIDENCIAL / BARRA RENA - MONOFÁSICO
Roteiro 17 - 2 - 618 - 6720
Nº medidor: 00009329032

Referência: Mai / 2015
Emissão: 27/05/2015

Nota Fiscal: Nota de Energia Elétrica Nº001.205.527
Código para Débito Automático: 90004948630

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

RESERVADO POR: 0800 4439 1007 / 034 4054 4733 / 2907 2ee1

Conta referente a CDC (Código do Consumidor): 5/484663-0

Mai / 2015

Canal de contato

Apresentação

27/05/2015

Data prevista da próxima leitura

29/06/2015

CPF/ CNPJ/ RANI
5172367454

Cálculo de consumo

Faturas em atraso

13/05/2015 - 1,46
06/04/2015 - 123,95
04/03/2015 - 1,96
29/01/2015 - 31
02/01/2015 - 98,97

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
28/04/15	8138	27/05/15	8364	28

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30 kWh-BR	30	0,13082	3,92
Consumo - 31 a 100 kWh-BR	70	0,22427	15,69
Consumo - 101 a 220 kWh-BR	120	0,33640	40,38
Consumo - 221 a 220 kWh-BR	6	373,18	2,24
Alc. (mêsa)			9,15

IMPOSTOS E ENCARGOS

PIB	1,57
COFINS	7,22
CONTRIB SERVILUM PUBLICA	3,83
ICMS (Base de Cálculo R\$ 146,54 Alíquota 27,0%)	39,58

Histórico de Consumo (kWh)

Abri/15 250
Mai/15 233
Fev/15 583
Jan/15 134
Dez/14 145
Nov/14 225
Out/14 12
Set/14 0
Ago/14 0
Jul/14 178
Jun/14 178
Mai/14 0

Média dos últimos 12 meses
194 kWh

VENCIMENTO

03/06/2015

TOTAL A PAGAR

R\$ 123,54

Indicadores de Qualidade

27/05/2015 - Mensure

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSUAL 5,80	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL 11,58		CONTRATADA 201
DIC ANUAL 23,16	0,00	LIMITE INFERIOR 231
FE TRIMESTRAL 3,90		LIMITE SUPERIOR 231
FE MENSUAL 7,19		
FE ANUAL 14,20	0,00	
DNE 3,37		
DCE 12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia-APB	28,19	22,81
Cotação de Energia	34,30	27,79
Serviço de Transmissão	2,36	1,93
Encargos Setoriais	6,29	5,09
Impostos, Direitos e Encargos	52,18	42,24
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	123,54	100,00

ATENÇÃO

- REAVISO: Caso a(s) fatura(s) com a cobrança em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 10/06/2015. Conforme Resolução 474/2015, o pagamento após essa data não elimina a possível suspensão do fornecimento, caso não tenha sido comunicado ou as contas pagas não estejam em validade e não tenha sido comprovado. Caso essas faturas e/ou pagamentos não sejam comunicados ou comprovados, o fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento de acordo com o prazo de suspensão de 10 dias, contados da data de vencimento da fatura em atraso e não pago.
Fatura suposta a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.
Sua unidade foi tratada como Barra Renda, tendo um desconto de R\$ 28,63.

ENERGISA PARÁIBA
Roteiro 17 - 2 - 618 - 6720
Atendimento: 0800 083 0196

VENCIMENTO

03/06/2015

TOTAL A PAGAR

R\$ 123,54





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Carlos Cristovam de Melo
DATA DE NASCIMENTO 11/04/68
NOME DA MÃE Maria do Carmo Cristovam de Melo

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 854991
DATA DO ATENDIMENTO 30/07/15
HORA DO ATENDIMENTO 20:11
MOTIVO DO ATENDIMENTO Acidente de moto
DIAGNÓSTICO (S) Trauma em joelho e pé E.
CID 10 S80.0 S90.8

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de queda de moto, apresentando trauma em joelho e pé esquerdos, com escoriações, nega perda da consciência ou vômitos, glasgow 15. Avaliado pela Traumatologia.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX joelho e pé esquerdos.

RESULTADOS DOS EXAMES:

RX: sem anormalidades.

TRATAMENTO:

1º atendimento + curativo.

ALTA HOSPITALAR: 30/07/15
DATA DA EMISSÃO: 12/11/15


Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social
Delegacia Geral da Polícia Civil
7ª Delegacia Distrital De Cabedelo

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

N.º 88/2016

DADOS DO FATO

Data/Hora de Registro: 06/01/2016 12h44
Circunscrição: 7ª Delegacia Distrital De Cabedelo
Escala Serviço: EXPEDIENTE
Tipificação Provisória: LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO
Data/Hora do Fato:
Tipo do Local: VIA/LOCAL DE ACESSO PÚBLICO (RUA, PRAÇA, ETC)
Local do Fato: Centro João Pessoa PB ZONA URBANA

VITIMA-COMUNICANTE(1)

Nome: CARLOS CRISTOVAM DE MELO
Sexo: MASCULINO
Nacionalidade: BRASILEIRA
Estado Civil: CASADO(A)
Nome do Pai:
Nome da Mãe:
Rg: MARIA DO CARMO CRISTOVAM DE MELO
Profissão: PORTEIRO
Endereço Residencial: RUA PROFESSOR JOÃO GOMES COELHO NO. 292 Cruz das Armas João Pessoa PB ZONA URBANA
Telefone Residencial:
Endereço Comercial: ZONA URBANA
Telefone Comercial:
Celular: (98)8495-530

Nascimento: 11/04/1968
Naturalidade: João Pessoa PB
Cor/Raça: NÃO INFORMADA
Idade: 35 A 64
CPF: 691.144.554-04

HISTÓRICO

QUE NO DIA 30/07/2015 QUANDO TRÁFEGAVA EM SUA MOTOCICLETA DE MARCA TITAN, 150, ANO 2009 DE PLACA NPR-7158, PELO BAIRRO DE TAMBIA NAS PROXIMIDADES DA BICA, AO EFETUAR UMA ULTRAPASSAGEM COLIDIU CONTRA OUTRA MOTOCICLETA DE PLACA NÃO IDENTIFICADA NO MOMENTO EM QUE ESTA REALIZAVA UMA CURVA PARA ENTRAR EM UMA RUA À ESQUERDA, E EM DECORRÊNCIA DESSE FATO, PERDEU O CONTROLE DA DIREÇÃO, VINDO O NOTICIANTE A CAIR SOBRE O SOLO, SOFRENDO DIVERSAS LESÕES, TENDO SIDO SOCORRIDO PELOS BOMBEIROS E ENCAMINHADO AO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA.

Vítima/Comunicante:

Elaborado por: ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, Policial Civil

Ligue 197 - Sua denúncia é importante!





Poder Judiciário da Paraíba
13ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22) 0804606-02.2016.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Por questão de foro íntimo me averbo de suspeito.

Ao substituto legal.

JOÃO PESSOA, 17 de março de 2016.

Juiz(a) de Direito



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA - PB**

PROCESSO Nº 0804606-02.2016.8.15.2001

REQUERENTE: CARLOS CRISTOVAM DE MELO

**REQUERIDAS: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A e MAPFRE VERA CRUZ
SEGURADORA S/A**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A e MAPFRE VERA CRUZ
SEGURADORA S/A**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por seus advogados
infra signatários, requerer a juntada do comprovante de pagamento referente ao acordo celebrado entre as partes.

Tendo em vista que a requerida já adimpliu o valor total do acordo, requer que este Doutor Magistrado
determine a liberação do alvará judicial, e posterior arquivamento do processo.

Termos em que espera deferimento.
Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2017.

ANASTACIO MARINHO DEBORAH SALES CAIO CESAR ROCHA

OAB/CE 8.502 OAB/CE 9.687 OAB/CE 15.095

WILSON BELCHIOR

OAB/PB 17.314-A



ROCHA, MARINHO
E SALES
ADVOCADOS

ANASTACIO MARINHO
CAIO CESAR ROCHA
DEBORAH SALES
TIAGO ASFOR ROCHA
WILSON SALES BELCHIOR
AMAUURY GOMES
ANA AMÉLIA RAMOS
ANA CAROLINNE DA SILVA
ANA JULIA SILVA
ANDRESSA FRANÇA
BÁRBARA ROCHA
BRENO PESSOA
CARLA LIMA
CAROLINA BEZERRA
CHIARA PIMENTA

CLÁUDIA ARRUDA
CRISTIANA FREITAS
CRISTIANE CARVALHO
DANIELLE LUCENA
DAVID ROCHA
EDUARDO FERRI
ÉLIDA LIMA MARTINS
ELORA FERNANDES
EMANUELLA PONTES
ÉRIKA NÓBREGA
EVELINE LIMA
FABIOLA FEIJÓ
FABIOLA FREITAS
FLÁVIA LINS
GLAUBER NUNES

HUGO MELO
ÍCARO REBOUÇAS
ILANA LIMA
JANIELLE SEVERO
JOÃO PIMENTEL
JULIANA MIRANDA
JÚLIO CABRAL
JUSSARA MAFRA
KAMILA CARVALHO
LARISSA MAIA
LARISSA SILVEIRA
LARISSA RODRIGUES
LAYLA MILENA
LEONARDO CAPISTRANO
LIANE OLIVEIRA

LUCAS ASFOR
LUCAS CAVALCANTE
MAGDA MADEIRA
MANOEL BURGOS
MARCELE ALENCAR
MÁRCIO MACIEL
MÁRCIO MOITINHO
MARCUS FREITAS
MARIELE BRAGANTE
MAYRA REGUEIRA
MIGUEL CORDEIRO
NATASHE MESQUITA
NATHALIA BARROS
NATHALIA RODRIGUES
NATHALY SOUZA

PATRICIA SANTOS
PAULO LUCENA
PEDRO CAMINHA
RAFAEL NOGUEIRA
RENAN REBOUÇAS
RENATO ARRUDA
ROBERTA PORTELA
RUAN CASTRO PAIVA
TATHIANNE LUIZ
VANESSA FREIRE
VÂNIA COSTA
WILTON GALVÃO

CONSULTOR:
MIN. PAULO GALLOTTI

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB**

PROCESSO Nº 0804606-02.2016.8.15.2001

REQUERENTE: CARLOS CRISTOVAM DE MELO

**REQUERIDAS: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A e MAPFRE VERA
CRUZ SEGURADORA S/A**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A e MAPFRE VERA CRUZ
SEGURADORA S/A**, já devidamente qualificada nos autos do processo em
epígrafe, vem, por seus advogados infra signatários, requerer a
juntada do comprovante de pagamento referente ao acordo celebrado
entre as partes.

Tendo em vista que a requerida já adimpliu o valor total do
acordo, requer que este Doutor Magistrado determine a liberação do
alvará judicial, e posterior arquivamento do processo.

Termos em que espera deferimento.
Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 2017.

ANASTACIO MARINHO
OAB/CE 8.502

DEBORAH SALES
OAB/CE 9.687

CAIO CESAR ROCHA
OAB/CE 15.095

WILSON BELCHIOR
OAB/PB 17.314-A

www.rochamarinho.adv.br





				Nº DA CONTA JUDICIAL
				3800112577203
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
0		11/01/2017	1618	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TRIBUNAL	
11/01/2017	2244998	08046060220168152001	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
JOAO PESSOA	13 VARA CIVEL	RÉU	1113,75	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídico	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
CARLOS CRISTOVAM DE MELO		Física	69114455404	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
024A0D4ED2677AFF				





SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 488, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 448 (quatrocentos e quarenta e oito) Certificados do Tesouro Nacional - CTN, no montante de R\$ 1.484.349,17 (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro, trezentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos), observando-se as seguintes características:

Ano	Data de Emissão	Data de Vencimento	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Valor (R\$)
CTN	01/07/1998	01/07/2018	91	3.545,82	322.642,58
CTN	01/08/1998	01/08/2018	293	3.518,06	1.040.791,38
CTN	01/08/2003	01/08/2023	17	1.036,63	17.622,71
CTN	01/08/2010	01/08/2020	17	8.410,48	142.958,16
TOTAL			448		1.484.349,17

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE
SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 32, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos processos Susep 15414.001508/2016-14 e 15414.001509/2016-51, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PAN SEGUROS S.A., CNPJ n. 33.245.762/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária, realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores;
- II - Mudança do endereço da sede social para: Avenida Paulista, 1.374, 11º andar, Bela Vista, CEP 01310-100, São Paulo - SP; e
- III - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 33, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001541/2016-36, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de POTENTIAL SEGURADORA S.A., CNPJ n. 11.699.534/0001-74, com sede na cidade de Belo Horizonte - BH, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2016:

- I - Alteração do endereço da sede para Avenida Raja Gabaglia, 1.143, 18º, 19º e 20º andares, Luxemburgo, Belo Horizonte - MG; e
- II - Alteração do artigo 3º e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 34, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001271/2016-63, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 17 de março de 2016:

- I - Eleição dos membros do conselho de administração e fiscal;
- II - Mudança da denominação social para SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.; e
- III - Alteração do artigo 1º do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 35, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001300/2016-97, resolve:

mento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, o 00012016080400031

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de AIG SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ n. 33.040.981/0001-50, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 31 de março de 2016:

- I - Constituição do comitê de auditoria e eleição de seus membros; e
- II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 36, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, considerando o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001281/2016-07, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A., CNPJ n. 33.065.699/0001-27, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária, realizadas cumulativamente em 28 de março de 2016:

- I - Mudança da denominação social para SEGUROS SURA S.A.; e
- II - Reforma do art. 1º do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 37, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DA DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 38, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o que consta do processo Susep nº 15414.005295/2015-19, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de EVIDENCE PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 13.615.969/0001-19, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2015:

- I - Aumento do Capital Social no valor de R\$ 65.000.000,00, elevando-o para R\$ 250.000.000,00, representado por 12.591.171.800 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal; e
- II - Reforma do artigo 3º do estatuto social, tendo em vista o disposto no inciso I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 38, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001503/2016-83, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração dos artigos 10, 11, 12, 17 e 19 e a consolidação do estatuto social de ZÜRICH BRASIL CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 17.266.009/0001-41, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberações tomadas por seus acionistas nas assembleias gerais ordinária e extraordinárias realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 39, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001396/2016-93, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ n. 61.198.164/0001-60, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores; e
- II - Alteração dos artigos 7º e 10 do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 40, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001514/2016-63, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 58.768.284/0001-40, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores; e
- II - Alteração dos artigos 7º e 10 do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 236, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

Altera a Portaria nº 528, de 13 de setembro de 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º A ementa da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e em irrigação, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011." (NR)

Art. 2º O art. 1º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º As pessoas jurídicas de direito privado, estabelecidas sob a forma de Sociedade de Propósito Específico - SPE, que possuam projetos de investimento ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e de irrigação devem requerer a aprovação do Ministério da Integração para implementação de projetos considerados como prioritários para fins de obtenção do benefício previsto no § 2º do art. 4º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.

Parágrafo único. São passíveis de enquadramento no caput os projetos de investimento nas áreas de infraestrutura ou produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação aprovados pelo Ministério da Integração Nacional, que visem à implantação, ampliação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização, entre outros, dos setores de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e de irrigação." (NR)

Art. 3º O art. 3º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º"

X - declaração emitida pela SPE de que seus titulares não tenham transferido, em desacordo com as normas vigentes, o controle acionário de empresa titular de projeto em implantação, modernização, ampliação ou diversificação que seja beneficiado com recursos dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste e do Nordeste, ou dos Fundos de Investimentos Regionais;

XI - declaração emitida pela SPE que certifique que os titulares daquela sociedade não estejam em débito, ainda que em caráter não financeiro, com o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, o Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES, as Superintendências de Desenvolvimento Regional (SUDAM, SUDENE e SUDECO) ou com os agentes operadores dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste ou do Nordeste, sob pena de cancelamento da concessão de prioridade e restituição dos benefícios recebidos à Receita Federal do Brasil, sem prejuízo de acréscimos de multas e juros, calculados em conformidade com a legislação;

....." (NR)

Art. 4º O art. 4º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º"

I - em se tratando de projetos enquadrados no setor de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica, à Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH; e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Assinado eletronicamente por: WILSON SALES BELCHIOR - 19/01/2017 10:51:35

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17011910503538200000006174295>

Número do documento: 17011910503538200000006174295

Num. 6289782 - Pág. 1

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, secretário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 8.502, **DEBORAH SALES BELCHIOR**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/CE sob o nº 9.687, **CAIO CESAR VIEIRA ROCHA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 15.095, **TIAGO ASFOR ROCHA LIMA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 16.386, **WILSON SALES BELCHIOR**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/CE sob o nº 17.314; **INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA ROCHA MARINHO E SALES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, inscrita na OAB/CE sob o nº 277, com escritório situado na Av. Desembargador Moreira, 760, 6º andar, Salas 601 a 614, Ed. Centurion, Meireles, CEP: 60.170-000, Fortaleza/CE, Fones: (85) 3208-8700 e Fax: (85) 3208-8703, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente; bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e**

Preocupado com o meio ambiente a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.606/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016.


MARCELO DAVOLI LOPES


CLAUDIO MENDES LADEIRA

17º Ofício de Notas
na CAPITAL

Tubelli, Carlos Alberto Firme Oliveira
Rua do Carmo, 51 - Centro - Rio de Janeiro, RJ - Tel: 2507-5880

000674
AC567729

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de MARCELO DAVOLI LOPES e CLAUDIO MENDES LADEIRA (RG00000300052) Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016. Cont. por Serventia TJ-FINOS Total

Em testemunho da verdade

Bruno Rodrigo Selem Gaspar - Aut. EBO5-10710 PJO, EBO5-10711 BPO

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Bruno Rodrigo Selem Gaspar
Escrivente Autorizado

CARTÓRIO DO

17º Ofício de Notas
na CAPITAL

Tubelli, Carlos Alberto Firme Oliveira
Rua do Carmo, 51 - Centro - Rio de Janeiro, RJ - Tel: 2507-5880

000674
AC567729

Cartifico e do original que foi
Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016.

Bruno Rodrigo Selem Gaspar - Aut. EBO5-10710 PJO, EBO5-10711 BPO

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Bruno Rodrigo Selem Gaspar
Escrivente Autorizado





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, é por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Julzo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde

Preservando com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

OUTORGANTE figura, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9900
Reconheço por semelhança as firmas de MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (XXXXXX0471AB)
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia : 8,40
36% TITULARES : 3,00
Total : 11,40

Bruno Rodrigo Belen Gaspar - Aut.
EBO4-29273 INK, EBO4-29274 GUP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

APERTURA DO 1º
Bruno Rodrigo
Belen Gaspar
Escritório
CNPJ nº 09.248.608/0001-04
17º OFÍCIO DE NOTAS - P



CARTÓRIO DO 17º
OFÍCIO DE NOTAS
Escritório
CNPJ nº 09.248.608/0001-04
17º OFÍCIO DE NOTAS - P

Certifico a autenticidade da reprodução fiel do original que foi apresentado, Cod. 0000037790, Conf. por:
Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014. Serventia : 5,00
36% TITULARES : 1,80
Total : 6,80

Bruno Rodrigo Belen Gaspar - Aut.
EBO4-29273 INK, EBO4-29274 GUP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

000074
AC005380

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



Assinado eletronicamente por: WILSON SALES BELCHIOR - 19/01/2017 10:51:40

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17011910504527200000006174300>

Número do documento: 17011910504527200000006174300





Dr. Saulo Pereira de Vasconcelos, 25, RUA DE IRE-
P. NUNES, 303, CONDOMÍNIO DE ADMINISTRAÇÃO - O Con-
domínio Paulo Freire Rodrigues apresenta aos demais Condições
Esta Residência da cidade de Olinda, Pernambuco, Brasil e



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosaria Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faori.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Retratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº: 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, secretário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 1





Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inhabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução nº 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Retificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

MESA DE TRABALHO:


Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente


André Leal Paoro
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 2 de 3



17º Ofício de Notas
 Diarista

Para o Censo, 2017

Cartório do 17º Ofício de Notas
 Bruno Rodrigo Belém Gaspel
 Gaspel
 10/01/2017

COB674
AC506383

Certifico e dou fé que a presente
 original que foi fornecido, em
 Rio de Janeiro, 01 de Junho de 2016.

Reprodução fiel do
 original
 5.09
 1.81
 6.90

Brno Rodrigo Belém Gaspel - Aut.
 EX0Y-94333 UID Consultar em: <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



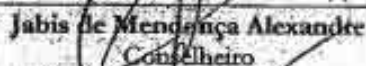

Rosana Techima Salsano
Conselheira Vice-Presidente


Bernardo Dieckmann
Conselheiro

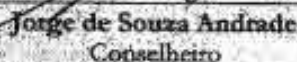

Celso Damadi
Conselheiro


Francisco Alves de Souza
Conselheiro

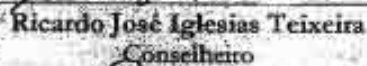

Hélio Hiroshi Kinoshita
Conselheiro


Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro

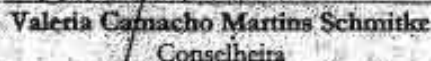

João Gilberto Possiede
Conselheiro


Jorge de Souza Andrade
Conselheiro

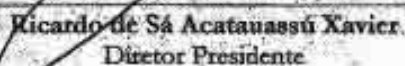

Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro

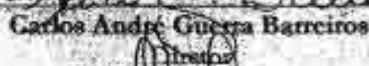

Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Roberto Barroso
Conselheiro



Valeria Camacho Martins Schmitke
Conselheira

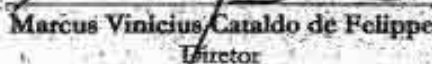
Assinatura dos Eleitos:


Ricardo de Sá Acatauassu Xavier
Diretor Presidente


Carlos André Guerra Barreiros
Diretor


Marcelo Davoli Lopes
Diretor


Claudio Mendes Ladeira
Diretor


Marcus Vinicius Canaldo de Felipe
Diretor

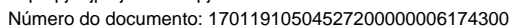
Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 3 de 3



[illegible][illegible][illegible][illegible]

[illegible]

TÍTULO DE CONDIÇÃO



17º Ofício de Notas
Dixental

Cartório 00.11º
Bruno Rodrigo Eagan
Gaspul

Escritório
Rua da União, 100
Cidade de Nova Friburgo, RJ
CEP: 24.200-000

17º Ofício de Notas - RJ

Original e deu fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Data: 02/01/2017. Rio de Janeiro, 02 de junho de 2016.

Brno Rodrigo Eagan Gaspul - aut.
EBOY-94337 006 Confira em <https://www.tjrr.jus.br/sitepublica>

Valor	1,07
Desconto	1,81
Total	6,90

008374
ACB06387





**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 16hs, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de março de 2015.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldman, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Rosana Techima Salsano e Wady José Mourão Cury. Presente ainda o conselheiro suplente Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atendeu à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição de novo membro da Diretoria Executiva da Companhia; (ii) Designação dos diretores responsáveis perante a SUSEP; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, tendo em vista que o atual diretor José Márcio Barbosa Norton atingiu a idade máxima de 66 (sessenta e seis) anos estabelecida por este Conselho como limite para o exercício do cargo de diretor da Companhia, eleger **Carlos André Guerra Barreiros**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo diretor José Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a SUSEP até a posse do diretor ora eleito, que dar-se-á somente quando da homologação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito terá mandato de 1 (um) ano, desta data até 25 de março de 2016, permanecendo no cargo até a investidura de novo administrador. O Diretor ora eleito declara que não está incurso em nenhum crime que o impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estar inabilitado para tanto, nos termos da lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de março de 2015 às 16hs

Página 1 de 3




contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelas relações com a SUSEP (até a posse do diretor Carlos André Guerra Barreiros, ocasião em que passará a ser exercida pelo mesmo); (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei n 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP n° 234/03 e 445/12) e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP n° 234/03 e Resolução CNSP n° 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP n° 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:


Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2015.


MESA DE TRABALHO:



Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente



Bernardo Dieckmann
Conselheiro



Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro



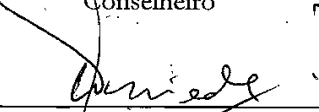
Jorge de Souza Andrade
Conselheiro



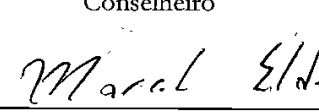
André Leal Faoro
Secretário



Celso Damadi
Conselheiro



João Gilberto Possiede
Conselheiro





Marcelo Goldman
Conselheiro

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de março de 2015 às 16hs

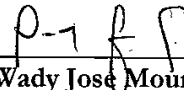
Página 2 de 3




Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro

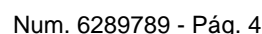

Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Rosana Techima Salsano
Conselheira


Wady José Mourão Cury
Conselheiro



io de Janeiro: Tel.: 0800-2844635 das 9h às 18h



[illegible]

[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA, ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA MENTAL, DISTÚRBIOS PSÍQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS PELO USO DE DROGAS, ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL NO LOCAL DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO SUPERVISADA, ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CUIDADOS MÉDICOS. CAPITAL SOCIAL R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) SEDE: ESTRADA UNIAO E INDUSTRIA, N° 751, POSE, PETROPOLIS - RJ - CEP. 25.700-400 Petrópolis RJ 02122011.

HYDRATEC COMERCIO E TECNOLOGIA LTDA EPP

CONVOCAÇÃO: (ART. 1.152 E 1º E 2º DO CÓD. CIVIL) Neste ato fica convocado o Sr. Raul Carlos Paquetão da Oliveira, para comparecer em dia 22/01/2012 e em dia 27/01/2012, em 1ª e 2ª convocação, para tomar ciência de processo no poder judiciário Sr. Roberto Eduardo Barreto da Empresa Hydratex Comércio e Transportes S/A, EPP, com sede na Rua Condeço do Maré nº 185 Jd. S. João - Jd. Mirante, CEP nº 20.775-010, por motivo no qual, pois o mesmo se encontra em tratamento médico. RJ, 16/01/2012. Américo Paesano Braga - CRC RJ 013350-07 CPF nº 312.144.537-72

CASTELLO INDUSTRIA E COMMERCIO S.A.

AVISO - Acha-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, na Avenida Nilo Peçanha, 80, sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 8.040, de 15 de dezembro de 1976. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria

Conversion theory

FATO RELEVANTE: A VISA S.A. (Vale) informa que está descontinuando a oferta maior (FM) em uma série de contratos no exterior de ferro a partir de hoje, 11 de janeiro de 2012. Estamos encerrando um contrato com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos. Data de início do arrendamento: 1º de maio de 2011, em 2011. Relembra: encerramos o disponível ao seu versão corporativa, em base mínima sempre remanesce a CVM, no website da VALE, em qualquer endereço: www.vale.com. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012, Tito Martins - Diretor Executivo de Relações com investidores.

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO

REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
02.709.439/0011-20

PETROBRAS TRANSPORTE S/A. TRANSPETRO toma posse da licença de operação para operar o Oleo de Transbordamento de Águas Produzidas entre o Terminal de Crutinas e a Estação da Ilha de Furado, possuído aproximadamente 70 km de extensão, capacidade de transporte com uma vazão de 150m³/h com diâmetro de 3", em 29 de Dezembro de 2011. Resolva Anual nº 180, km 188 - Macaé/RJ. Processo: F-072/2014-00011.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS toma publico que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a OUTORGHA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HIDRICOS OUT Nº 10816/87, em data de 22 de maio de 2013, que a autoriza a exploração de água bruta e sal (quarta extração) na Fm. Caceribu, com a finalidade de estudos sobre a compatibilidade e viabilidade do salin. na Região hidrográfica RH-4, Baía de Guanabara, na Fazenda Macaço, entre os Rios Macaço e Caceribu, Porto das Caixas, município de Baborai.

CAPTAÇÃO: Terraplanagem COMPER; Corpo Hídrico: Rio Caceribu; Vazão máxima instantânea: 520,9 m³/m²; Vazão média 560,8 m³/dm³; Período de captação: 30 dñms; Volume mensal: 220.000,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 21,85" e Long. 42° 57' 36,70"; **CAPTACÃO:** EAP I; Corpo hídrico: rio Caceribu; Vazão máxima instantânea: 520,9 m³/m²; Vazão média 560,8 m³/dm³; Tempo de captação: 16,00 min; Período de captação: 30 dñms; Volume mensal: 144.000,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 40' 9,765" e Long. 42° 53' 51,438"; **CAPTACÃO:** EAP II; Corpo hídrico: rio Caceribu; Vazão máxima instantânea: 520,9 m³/m²; Vazão média 560,8 m³/dm³; Tempo de captação: 16,00 min; Período: 30 dñms; Volume mensal: 144.000,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 45,321" e Long. 42° 53' 51,438".

CAPTACÃO: EAP III; Corpo Hídrico: Rio Caceribu; Vazão máxima instantânea: 35,0 m³/m²; Vazão média: 34,00 m³/dm³; Tempo: 16,00 dñm; Período: 30 dñms; Volume mensal: 144.000,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 44' 10,287" e Long. 42° 53' 28,92"

LANÇAMENTO: volume máximo diário dos dois pontos A e D de 888,0 m³, resíduo no solo.

(10-00)M203D002

BR PETROBRAS

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01
NIRE nº 33300032061

*EDITAL DE CONVOCAÇÃO

[illegible]

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

CLÍNICA ESTRELLA LTOA
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

RESUMO CONTRATO SOCIAL: SÓCIOS: JOÃO GUILHERME FIOUSA RODRIGUES ESTRELLA (CPF: 754.737.987-72), FRINCA SOUZA BRANDÃO (CPF: 594.535.917-34), JOÃO PAULO LYRA DA SILVA (CPF: 684.127.577-91) E FLÁVIO GOMES FILHO (CPF: 407.776.857-97). OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL E À SAÚDE A PORTADORES DE DISTÚRBIOS PSÍQUICOS, DEFICIÊN-





**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESENCIA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SA ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2



diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reter as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

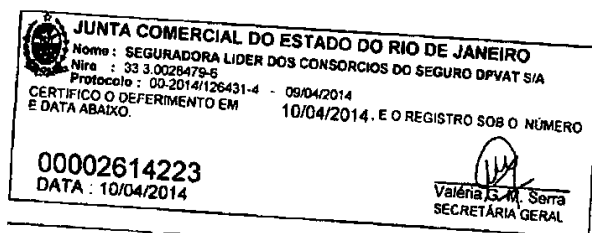
VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.


André Leal Faoro
Secretário



Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 2 de 2



03
837

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2012

DATA, HORA E LOCAL: Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de setembro de 2012, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de setembro de 2012.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Francisco Alves de Souza, Gustavo Pimenta Germano Santos, Hélio Hiroshi Kinoshita, João Gilberto Possiede, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Juvêncio Cavalcante Braga, Sidney Maury Sentoma, Marcelo Goldman e Marcus Vinicius Lopes Martins. Presentes ainda os conselheiros Eli Nunes de Alcantara Bezerra e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam a reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, José Márcio Barbosa Norton, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinicius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações da Companhia e Superintendente de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como **Diretor-Presidente da Companhia**; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 01.984.230-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2012 até o dia 10 de outubro de 2013, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 26 de setembro de 2012

Página 1 de 2



02
01

Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de março de 2012; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor designado responsável administrativo-financeiro e diretor designado responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor designado responsável pelo cumprimento da lei nº 9.613/98 e diretor designado responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor designado responsável técnico e diretor designado responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente da Mesa; (ass.) André Leal Faoro - Secretário; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Gustavo Pimenta Germano Santos - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Jorge Carvalho - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Juvêncio Cavalcante Braga - Conselheiro; (ass.) Sidney Maury Sentoma - Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro; (ass.) Marcus Vinícius Lopes Martins - Conselheiro; (ass.) Ricardo de Sá Acatauassú Xavier - Diretor Presidente reeleito; (ass.) José Márcio Barbosa Norton - Diretor reeleito; (ass.) Marcelo Davoli Lopes - Diretor reeleito; (ass.) Claudio Mendes Ladeira - Diretor reeleito; (ass.) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe - Diretor reeleito.

Certifico para todos os fins admitidos em direito que esta certidão é reprodução fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2012

André Leal Faoro

André Leal Faoro
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 26 de setembro de 2012
Página 2 de 2



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
(em organização)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
realizada em 10 de Outubro de 2007.

1. DATA, HORA E LOCAL:

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2007, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

2. PRESENÇA:

Presentes os conselheiros Srs. Casimiro Blanco Gómez, Gilberto Duarte de Abreu Filho, Idacelmo Mendes Vieira, Juvêncio Cavalcante Braga, Lauro Magno Agrizzi, Luiz Tavares Pereira Filho, Emerson Bernardes da Silva, Tadashi Komamura, Luiz Augusto Momesso, Gustavo Pimenta Germano Santos, Miguel Junqueira Pereira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Júlio Cezar Alves de Oliveira, Luiz Eduardo Fidalgo e Mauro César Batista.

Secretário: André Leal Faoro

3. ORDEM DO DIA:

- (i) Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Eleição da Diretoria da Companhia; e
- (iii) Convocação de Assembléia Geral Extraordinária para eleição de 6 (seis) membros do Conselho de Administração da Companhia, se necessário.

4. DELIBERAÇÕES TOMADAS:

- (i) Por estarem exercendo cargos equivalentes no Grupo de Trabalho de Reestruturação dos Convênios do Seguro DPVAT, foram eleitos por unanimidade os Srs. Luiz Tavares Pereira Filho para presidente e o Sr. Casimiro Blanco Gómez para vice-presidente deste Conselho de Administração;
- (ii) Foram eleitos por unanimidade os Srs. **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo SSP/IFP, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para diretor-presidente da Companhia; o Sr. **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e **REGINA MARIA RANGEL FARIAS**, brasileira, solteira, engenheira, titular do documento de identidade no. 04.834.066-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o no. 901.089.907-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para diretores da Companhia.
- (iii) Deliberou-se, por fim, por unanimidade convocar assembléia geral extraordinária, caso



exigida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para o dia 7 de Novembro de 2007, para eventual ratificação da eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrida na Assembléia realizada no dia 10 de outubro de 2007, tendo em vista a possível exigência de prévia publicação de declaração de propósito.


5. VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES


(i) Declaram os membros do Conselho de Administração abaixo assinados que estão cientes de que: Os atos aqui praticados estão condicionados à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP de sua eleição na Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. para integrar o presente Conselho de Administração, bem como à homologação pela SUSEP desta reunião.


6. ENCERRAMENTO:

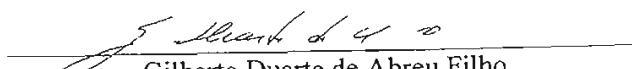
Nada a mais a ser tratado, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata.


Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007

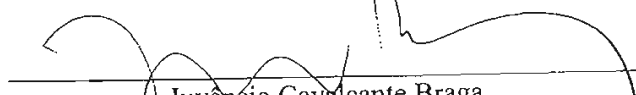

Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente do Conselho



André Leal Faoro
Secretário


Casimiro Blanco Gómez


Gilberto Duarte de Abreu Filho


Idacelmo Mendes Vieira


Juvêncio Cavalcante Braga

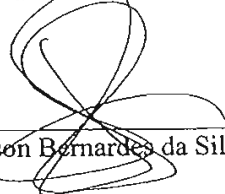

Lauro Magno Agrizzi



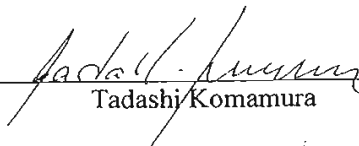
Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007



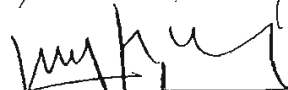
Luiz Tavares Pereira Filho



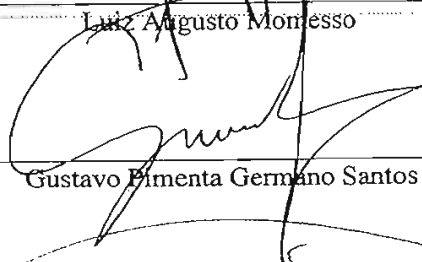
Emerson Bernardes da Silva



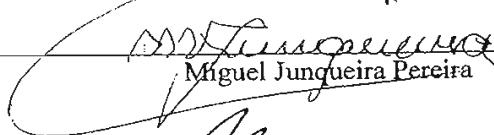
Tadashi Komamura



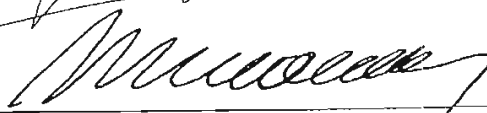
Luiz Augusto Montesso



Gustavo Pimenta Germano Santos



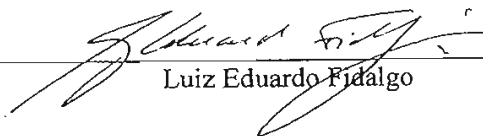
Miguel Junqueira Pereira



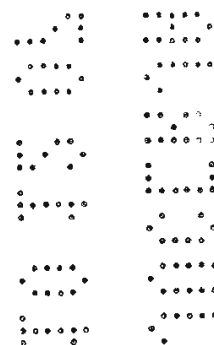
Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti



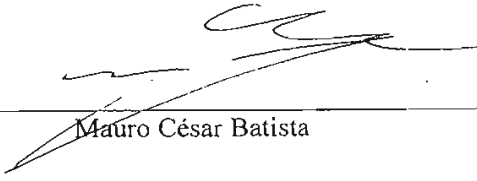
Júlio Cezar Alves de Oliveira



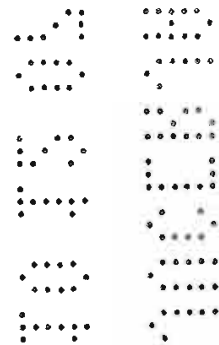
Luiz Eduardo Fidalgo



Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007



Mauro César Batista



 
4



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS
CATEGORIAS 3 e 4.**

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10 E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Sr. João Elisio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 e 4, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP no. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Gente Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Gente Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembleias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 1 de 20



**“INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 3 e 4.**

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, na qualidade de Interviente-anuente,

Considerando:

- (d) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (e) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (f) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 13 e 4 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 9 de 20

[Assinaturas]



categorias 1, 2, 9 e 10, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação das demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 10 de 20



futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui convencionado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "*ad negotia*" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de apenação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembléia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 11 de 20



Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, e a futura Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratear entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembléia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 12 de 20

[Assinaturas manuscritas]



convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleias.

11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrarem na época da alteração;

Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar os pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada à: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas as exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 13 de 20

responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida ao Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembléia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembléia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 14 de 20



venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. – As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 3 e 4, que fica automaticamente extinto.

14.2 – As Seguradoras, neste ato, ao se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 3 e 4.

14.3 – Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

Cláusula 15ª – VIGÊNCIA

Cláusula 15 – O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso. “

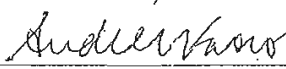
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 15 de 20

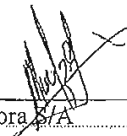



Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

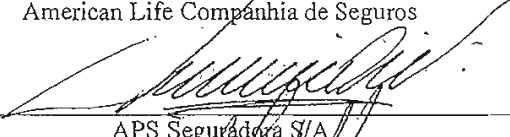
Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

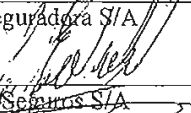

Presidente da Mesa

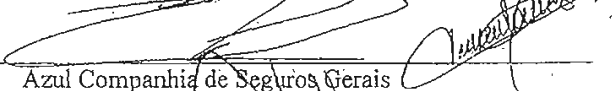

Secretário da Mesa

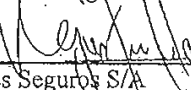

ACE Seguradora S/A

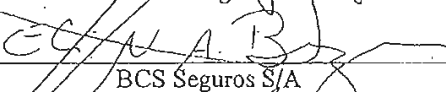

American Life Companhia de Seguros

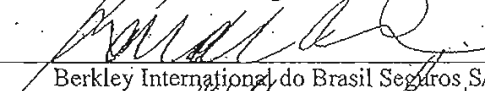

APS Seguradora S/A

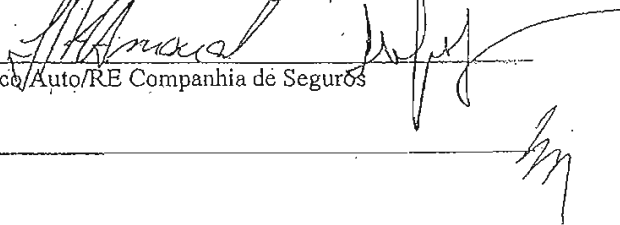

Aurea Seguros S/A


Azul Companhia de Seguros Gerais


Banestes Seguros S/A

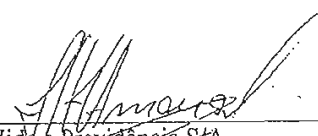

BCS Seguros S/A

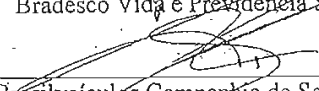

Berkley International do Brasil Seguros S/A

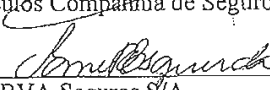

Bradesco/Auto/RE Companhia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 16 de 20

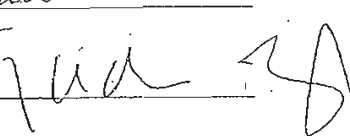


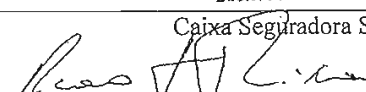

Bradesco Vida e Previdência S/A



Brasilveículos Companhia de Seguros

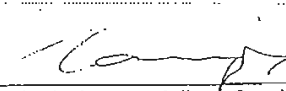

BVA Seguros S/A

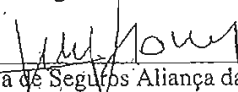
Thierry Claudon
Diretor-Presidente

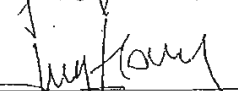

Caixa Seguradora S/A

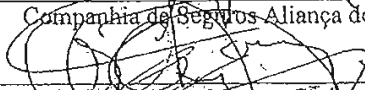

Centauró Vida e Previdência S/A



Chubb do Brasil Cia de Seguros

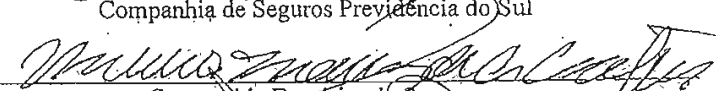

Cia de Seguros Minas Brasil

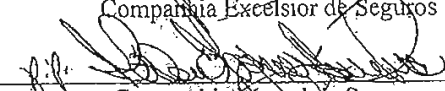

PP Companhia de Seguros Aliança da Bahia



Companhia de Seguros Aliança do Brasil

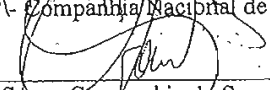

Companhia de Seguros Gralha Azul


Companhia de Seguros Previdência do Sul


Companhia Excelsior de Seguros


Companhia Mutual de Seguros


CONAPP - Companhia Nacional de Seguros


Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 17 de 20



~~CONESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Pinasa Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Gente Seguradora S/A

Gerling Sul América S/A - Seguros Industriais

Icatu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itaú Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A

J. Malucelli Seguradora S/A

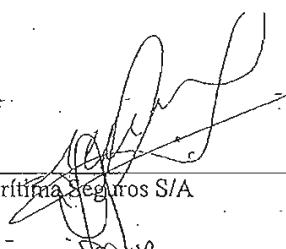
Java Nordeste Seguros S/A


Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

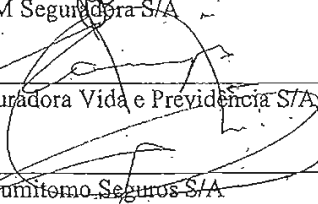
Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

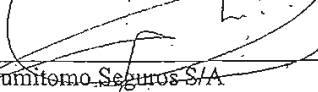
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 18 de 20

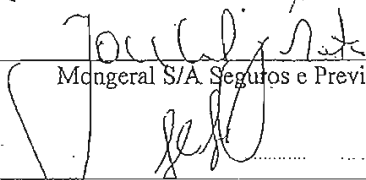


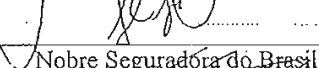

Marítima Seguros S/A

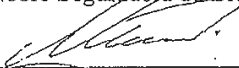

MBM Seguradora S/A


Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

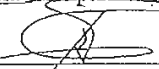

Mitsui Sumitomo Seguros S/A

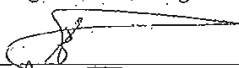

Mongeral S/A Seguros e Previdência

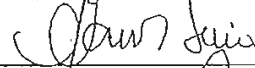

Nobre Seguradora do Brasil S/A

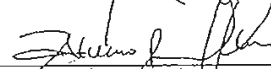

Panamericana de Seguros S/A

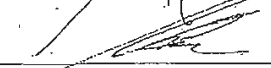

Paraná Companhia de Seguros

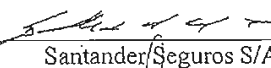

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

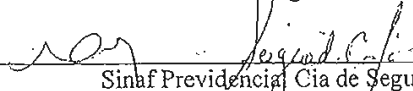

Porto Seguro Vida e Previdência S/A


PQ Seguros S/A


PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A


Safra Vida e Previdência S/A


Santander Seguros S/A


Sinaf Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 19 de 20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: CONSORCIO DE OPERACAO DO SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS
 PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA
 TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 E 4
 Registro de Consórcio - 17011910510161100000006174304
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 18/01/2008, E REGISTRO POR O NIRE E
 DATA ABAIXO.

33.5.06022 15-9
 DATA 18/01/2008

Valéria S. M. Serra
 SECRETARIA GERAL

~~Sul America Companhia Nacional de Seguros~~

~~Sul America Seguros de Vida e Previdência S/A~~

Sulina Seguradora S/A

Tokio Marine Brasil Seguradora S/A

Tokio Marine Seguradora S/A

UBF Garantias & Seguros S/A

Unibanco AIG Seguros S/A - AIG Brasil Cia de Seguros

Unibanco AIG Seguros S/A

Unibanco AIG Vida e Previdência S/A

Zurich Brasil Seguros S/A

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização
 Interviente-Anuente

Testemunhas

Qualificação Ricardo de Sá Acaiaquias Xavier
 RG. 03.891.264-7 (Detran/RJ) CPF: 728.150.557-53

Qualificação Marcelo Dantas Loren
 RG 19442307-2 (SSP/SP)
 CPF 132.870.908-06

VISTO DE ADVOGADO
 GUSTAVO FRANCO PACHECO
 OAB/RJ 138.392
 Gustavo Franco Pacheco
 Advogado
 OAB/RJ 138.392

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
 Fl. 20 de 20



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS
CATEGORIAS 1,2, 9 e 10**

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2, 9 e 10, E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Sr. João Elisio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2, 9 e 10, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP no. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Gente Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Gente Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembleias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

**“INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 1, 2,
9 e 10.**

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 1 de 20



As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, na qualidade de Interviente-anuente,

Considerando:

- (a) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (b) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (c) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 1, 2, 9 e 10 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as categorias 3 e 4, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 2 de 20



Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

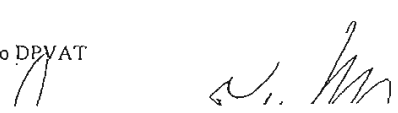
4.1. Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 3 de 20



Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui convencionado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 – 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula “*ad negotia*” e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 – A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 – Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de apenação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, e a futura

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 4 de 20



Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratear entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros, qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleias.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 5 de 20



11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrarem na época da alteração;

Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar os pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 6 de 20



13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida ao Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como, nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número o em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 7 de 20



13.12. – As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 1, 2, 9, e 10, que fica automaticamente extinto.

14.2 – As Seguradoras, neste ato, ao se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 1, 2, 9 e 10,

14.3 – Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

Cláusula 15ª – VIGÊNCIA

Cláusula 15 – O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso.”

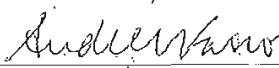
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 8 de 20





Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes:

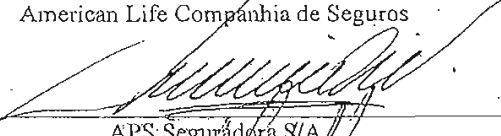
Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

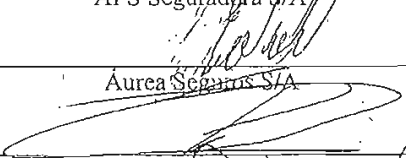

Presidente da Mesa

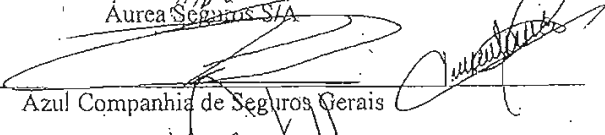

Secretário da Mesa

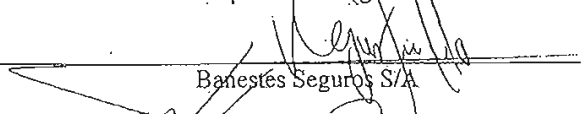

ACE Seguradora S/A

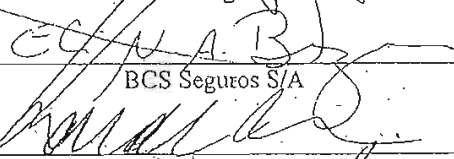

American Life Companhia de Seguros

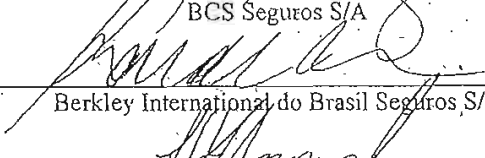

APS Seguradora S/A

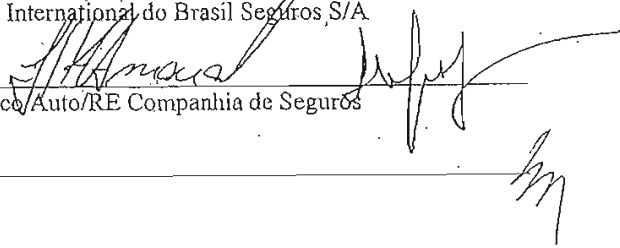

Aurea Seguros S/A


Azul Companhia de Seguros Gerais


Banestes Seguros S/A

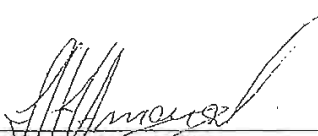

BCS Seguros S/A

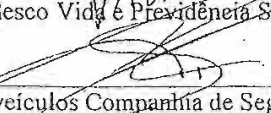

Berkley International do Brasil Seguros S/A

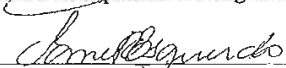

Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 16 de 20

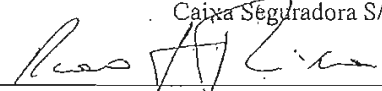


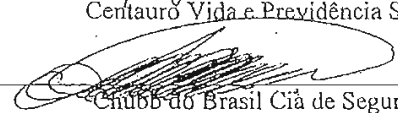

Bradesco Vida e Previdência S/A

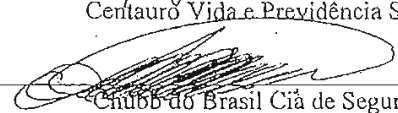

Brasilveículos Companhia de Seguros



BVA Seguros S/A

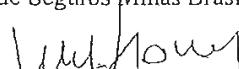
Thierry Claudon
Diretor-Presidente

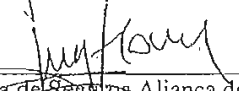

Caixa Seguradora S/A

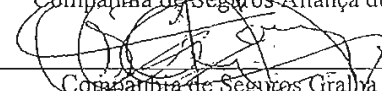

Centauro Vida e Previdência S/A

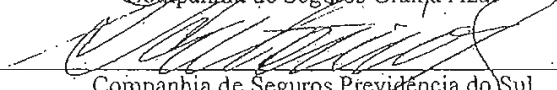

Chubb do Brasil Cia de Seguros

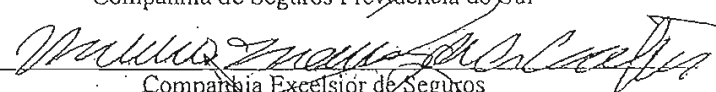

Cia de Seguros Minas Brasil

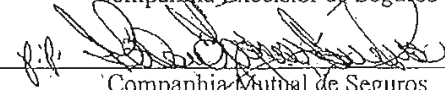

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

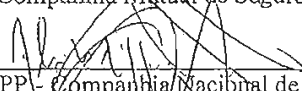

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

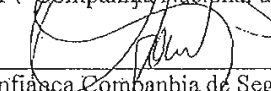

Companhia de Seguros Gralha Azul


Companhia de Seguros Previdência do Sul


Companhia Excelsior de Seguros


Companhia Mutual de Seguros


CONAPP - Companhia Nacional de Seguros


Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 17 de 20



~~CDSP-SP Companhia de Seguros do Estado de São Paulo~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Finasa Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Gente Seguradora S/A

Gerling Sul América S/A - Seguros Industriais

Icatu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itaú Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A

J. Malucelli Seguradora S/A


Java Nordeste Seguros S/A

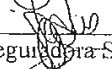
Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

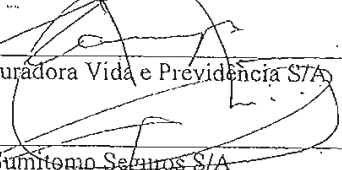
Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

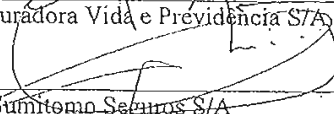
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 18 de 20

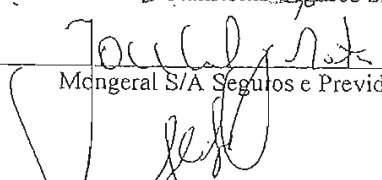




Marítima Seguros S/A

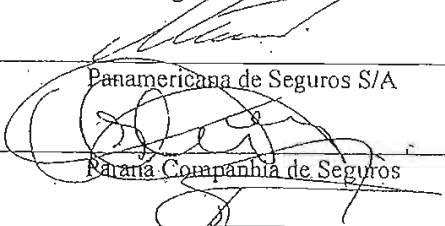

MBM Seguradora S/A

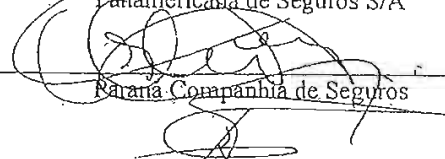

Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

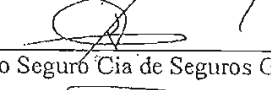

Mitsui Sumitomo Seguros S/A

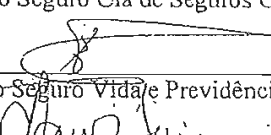

Mongeral S/A Seguros e Previdência

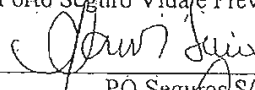

Nobre Seguradora do Brasil S/A

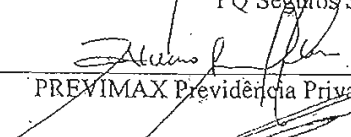

Panamericana de Seguros S/A

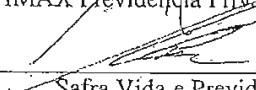

Paraná Companhia de Seguros

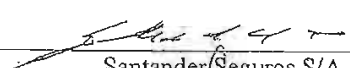

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

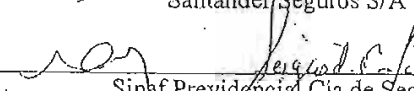

Porto Seguro Vida e Previdência S/A


PQ Seguros S/A


PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A


Safra Vida e Previdência S/A


Santander Seguros S/A


Sinaf Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 19 de 20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: CONSORCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CONSORCIO DE SEGUROS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE-DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2,3 E 111

Protocolo: 00-2008/007838-8 17/01/2008

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 18/01/2008 - E O REGISTRO SOB O N.º 14-1

DATA 18/01/2008

33.5.0002214-1

Valéria Lima Serra
SECRETARIA GERAL

~~Sul American Companhia Nacional de Seguros~~

~~Sul America Seguros de Vida e Previdência S/A~~

Sulina Seguradora S/A

Tóquio Marine Brasil Seguradora S/A

Tóquio Marine Seguradora S/A

UBF Garantias & Seguros S/A

Unibanco AIG Seguros S/A - AIG BRASIL CIA DE SEGURANCA

Unibanco AIG Seguros S/A

Unibanco AIG Vida e Previdência S/A

Zurich Brasil Seguros S/A

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização
Interveniente-Anuente

Testemunhas:

Qualificação Ricardo de Sá Azevedo Xavier
RG: 03.891.264-7 (Distrito 1557-23) CPF: 728.150.517-53

Qualificação Marcos Paulo de Souza
RG: 19442307-2 (SSP-SP)
CPF: 132.870.808-08

VISTO DE ADVOGADO
GUSTAVO FRANCO PACHECO
OAB/RJ 138.392
Gustavo Franco Pacheco
Advogado
OAB/RJ 138.392

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 20 de 20



Associações, Sociedades e Firmas

CNPJ Nº 08.001322/00-01 - NIRE Nº 33.002699-8 -
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2010 EM 15 DE OUTUBRO DE
2010, Ato Sumária da Assembleia Geral Ordinária de 2010, Pá-
ginas 25 a 26, realizada no dia 15 de outubro de 2010, lavrada em
fórmulo do acórdão, conforme parágrafo 1º do Art 1º do Estatuto So-
cial. 1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 15 de outubro de 2010, às
14h30min, no Salão de Atos nº 300, 1º andar, sala 1104, prédio Bo-
leiros, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no
Brasil. 2. OBJETIVO: Deliberação sobre o balanço anualmente elabo-
rado pela Companhia, de 2010. 3. APROVAÇÃO: A proposta de balanço
social, mediante capitalização de reserva, sem modificação do número
de ações da Companhia, com a consequente adequação do capítulo do
Artigo 5º do Estatuto Social; e 4) alteração do limite máximo da re-
serva de capitalização denominada Reserva para Investimen-
tos, com a consequente adequação do Artigo 10º do Estatuto Social.

[illegible]

Id.: 104002

Odebrecht TransPort S.A.

NIRE 3330020263-2
JMF n° 11.547.787/0001-22

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Dia, hora e local: Em 13 de setembro de 2010, às 12 horas, na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, nº 300, 8º andar, no Rio de Janeiro, RJ, CEP 22250-040. Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assistências listadas no Livro de Presença de Acionistas. Convocação: Dispondo(a) 124, 5% da Lei nº 6.040/76. Mesa: Presidente da Assembleia, Sr. João Pfeiffer Malmgren, Secretária: Deliberações: 1) Autorizada a lavatura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.040/76; 2) Aprovado e redigido o presente relatório da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16 de agosto de 2010, às 10 horas, na sede da Companhia, "integralmente subscritas e integralizadas pelo acionista Odebrecht S.A. (CDB)", mediante a conferência, em integração de capital, de bens de propriedade de referido acionista representados por: (i) ações de controle, reservas, créditos e direitos de voto e (ii) ações e treze (13) ações ordinárias, totalizando o equivalente a uma mil e oitenta e duas (1.082) ações ordinárias, inscritas no Livro de Registro de Quócios: S.A., sociedade de capital aberto no Cade, de nº

Atas, Certidões e Demonstrações
Associações, Sociedades o Firmas.

Avisos, Editais e Termos	5
Associações, Sociedades e Filmas	5
Extravio de Documentos	7
Leilões Extrajudiciais	7
Órgãos da Representação Profissional	8

[illegible]

16: 10408.19

FMG EMPREENDIMENTOS HOSPITALARES S.A.

(Sociedade Anônima de Capital Fechado)

[illegible]

Id.: 104002

PROSPER S/A CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO
CNPJ nº 36.178.887/0001-50
NIRE nº 33300020192

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NOS DIAS 05 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 14H30, NA
sede social na Rua Itatupa, nº 226, 1º andar, bairro
de Janelinho, CONVOCACÃO: Dispensada nos termos do Artigo
124, Parágrafo 4º da Lei 6.404/66. PRESENÇA: Acionista representa-
do(a) pelo titular da capital social, MESA: Presidente: Edson Figueiredo
Menezes; Secretário: José Luís Paíhalles Carneiro. ODEON
DIA: (1) Apovar a renúncia de Diretores; (2) Eleger o novo
administrador de cargo vago da companhia; e (3) Ratificar a utilização
de componente organizacional único de oúrdoria, cuja instalação foi
autorizada pelo Conselho Administrativo de 26.03.2008, do Ban-
co Prosper S.A., líder do conglomerado. A Resolução 3477/2007, do Ban-
co SS 2º e 3º do artigo 3º da Resolução 3477/2007, alterada pela
Resolução 3459/2007, conforme compromisso firmado em correspon-
dência encaminhada ao Banco Central do Brasil em 16.12.2006, em
LIBERAÇÃO: O Conselho Administrativo de 26.03.2008, do Banco Cen-
tral do Brasil e a, se seguir, decidiram por unanimidade, consen-
tando os pedidos de renúncia formulados pelo Sr. Edson Figueiredo
Menezes, brasileiro, casado, empresário, portador de carteira de iden-
tidade nº 298.278.207-03, residente e domiciliado na Cidade e Estado de
São Paulo, e o Sr. 298.278.207-03, residente e domiciliado na
Luz Palmares Campos, brasileiro, casado, corretor de valores, por
autor da cópia de identidade nº 211808, expedida pelo Ministério da
Justiça, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.764.707-20, residente e do-
miciliado na Rua Itatupa, nº 226, 1º andar, bairro de Janelinho, em
virtude de agradecimento aos diretores reteridos e a todos os demais
serviços prestados à sociedade durante suas gestões. 2. Eleger como
diretor executivo de companhia para preenchimento de cargo vago
em 16.12.2006, do Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/66, do Banco Prosper
S.A., brasileiro, casado, empresário, portador de carteira de iden-
tidade nº 4.475.373, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº
24.672.838-34, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São
Paulo, na Rua Orsúlio, nº 578, Butantã, - O diretor ora eleito tomou
juramento e foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 16.12.2006,
Dado, a parecerem homologados pelo Banco Central do Brasil em 16.12.2006,
Ordinária realizada no dia 27/03/2008. - Foi observado pelo Sr. Pre-
sidente que o Diretor ora eleito declarou que não está impedido, por lei
especial, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente,
o exercício de suas funções, não está sob processo de investigação,
pena ou suborno, concessão, perdão ou suspensão de processo, nem
contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da
concorrência, contra as relações de consumo, e a pública ou a pro-
pria moralidade. 3. Ratificar a utilização de componente organizacional
único de oúrdoria, cuja instalação foi autorizada pelo Conselho Gerente
Extraordinário de 26.03.2008, do Banco Prosper S.A., brasileiro, casado,
empresário, portador de carteira de identidade nº 4.475.373, expedida
pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 24.672.838-34, residente e do-
miciliado na Rua Itatupa, nº 226, 1º andar, bairro de Janelinho, em
virtude de agradecimento aos diretores reteridos e a todos os demais
serviços prestados à sociedade durante suas gestões. 2. Eleger como
diretor executivo de companhia para preenchimento de cargo vago
em 16.12.2006, do Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/66, do Banco Prosper
S.A., brasileiro, casado, empresário, portador de carteira de iden-
tidade nº 4.475.373, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº
24.672.838-34, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São
Paulo, na Rua Orsúlio, nº 578, Butantã, - O diretor ora eleito tomou
juramento e foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 16.12.2006,
Dado, a parecerem homologados pelo Banco Central do Brasil em 16.12.2006,
Ordinária realizada no dia 27/03/2008. - Foi observado pelo Sr. Pre-
sidente que o Diretor ora eleito declarou que não está impedido, por lei
especial, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente,
o exercício de suas funções, não está sob processo de investigação,
pena ou suborno, concessão, perdão ou suspensão de processo, nem
contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da
concorrência, contra as relações de consumo, e a pública ou a pro-
pria moralidade. 3. Ratificar a utilização de componente organizacional
único de oúrdoria, cuja instalação foi autorizada pelo Conselho Gerente
Extraordinário de 26.03.2008, do Banco Prosper S.A., brasileiro, casado,
empresário, portador de carteira de identidade nº 4.475.373, expedida
pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 24.672.838-34, residente e do-
miciliado na Rua Itatupa, nº 226, 1º andar, bairro de Janelinho, em
virtude de agradecimento aos diretores reteridos e a todos os demais
serviços prestados à sociedade durante suas gestões. 2. Eleger como
diretor executivo de companhia para preenchimento de cargo vago
em 16.12.2006, do Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/66, do Banco Prosper
S.A., brasileiro, casado, empresário, portador de carteira de iden-
tidade nº 4.475.373, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº
24.672.838-34, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São
Paulo, na Rua Orsúlio, nº 578, Butantã, - O diretor ora eleito tomou
juramento e foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 16.12.2006,
Dado, a parecerem homologados pelo Banco Central do Brasil em 16.12.2006,
Ordinária realizada no dia 27/03/2008. - Foi observado pelo Sr. Pre-
sidente que o Diretor ora eleito declarou que não está impedido, por lei
especial, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente,
o exercício de suas funções, não está sob processo de investigação,
pena ou suborno, concessão, perdão ou suspensão de processo, nem
contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da
concorrência, contra as relações de consumo, e a pública ou a pro-
pria moralidade. 3. Ratificar a utilização de componente organizacional
único de oúrdoria, cuja instalação foi autorizada pelo Conselho Gerente
Extraordinário de 26.03.2008, do Banco Prosper S.A., brasileiro, casado,
empresário, portador de carteira de identidade nº 4.475.373, expedida
pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 24.672.838-34, residente e do-
miciliado na Rua Itatupa, nº 226, 1º andar, bairro de Janelinho, em
virtude de agradecimento aos diretores reteridos e a todos os demais
serviços prestados à sociedade durante suas gestões. 2. Eleger como
diretor executivo de companhia para preenchimento de cargo vago
em 16.12.2006, do Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/66, do Banco Prosper
S.A., brasileiro, casado, empresário, portador de carteira de iden-
tidade nº 4.475.373, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº
24.672.838-34, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São
Paulo, na Rua Orsúlio, nº 578, Butantã, - O diretor ora eleito tomou
juramento e foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 16.12.2006,
Dado, a parecerem homologados pelo Banco Central do Brasil em 16.12.2006,
Ordinária realizada no dia 27/03/2008. - Foi observado pelo Sr. Pre-
sidente que o Diretor ora eleito declarou que não está impedido, por lei
especial, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente,
o exercício de suas funções, não está sob processo de investigação,
pena ou suborno, concessão, perdão ou suspensão de processo, nem
contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da
concorrência, contra as relações de consumo, e a pública ou a pro-
pria moralidade. 3. Ratificar a utilização de componente organizacional
único de oúrdoria, cuja instalação foi autorizada pelo Conselho Gerente
Extraordinário de 26.03.2008, do Banco Prosper S.A., brasileiro, casado,
empresário, portador de carteira de identidade nº 4.475.373, expedida
pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 24.672.838-34, residente e do-
miciliado na Rua Itatupa, nº 226, 1º andar, bairro de Janelinho, em
virtude de agradecimento aos diretores reteridos e a todos os demais
serviços prestados à sociedade durante suas gestões. 2. Eleger como
diretor executivo de companhia para preenchimento de cargo vago
em 16.12.2006, do Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/66, do Banco Prosper
S.A., brasileiro, casado, empresário, portador de carteira de iden-
tidade nº 4.475.373, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº
24.672.838-34, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São
Paulo, na Rua Orsúlio, nº 578, Butantã, - O diretor ora eleito tomou
juramento e foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 16.12.2006,
Dado, a parecerem homologados pelo Banco Central do Brasil em 16.12.2006,
Ordinária realizada no dia 27/03/2008. - Foi observado pelo Sr. Pre-
sidente que o Diretor ora eleito declarou que não está impedido, por lei
especial, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente,
o exercício de suas funções, não está sob processo de investigação,
pena ou suborno, concessão, perdão ou suspensão de processo, nem
contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da
concorrência, contra as relações de consumo, e a pública ou a pro-
pria moralidade. 3. Ratificar a utilização de componente organizacional
único de oúrdoria, cuja instalação foi autorizada pelo Conselho Gerente
Extraordinário de 26.03.2008, do Banco Prosper S.A., brasileiro, casado,
empresário, portador de carteira de identidade nº 4.475.373, expedida
pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 24.672.838-34, residente e do-
miciliado na Rua Itatupa, nº 226, 1º andar, bairro de Janelinho, em
virtude de agradecimento aos diretores reteridos e a todos os demais
serviços prestados à sociedade durante suas gestões. 2. Eleger como
diretor executivo de companhia para preenchimento de cargo vago
em 16.12.2006, do Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/66, do Banco Prosper
S.A., brasileiro, casado, empresário, portador de carteira de iden-
tidade nº 4.475.373, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº
24.672.838-34, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São
Paulo, na Rua Orsúlio, nº 578, Butantã, - O diretor ora eleito tomou
juramento e foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 16.12.2006,
Dado, a parecerem homologados pelo Banco Central do Brasil em 16.12.2006,
Ordinária realizada no dia 27/03/2008. - Foi observado pelo Sr. Pre-
sidente que o Diretor ora eleito declarou que não está impedido, por lei
especial, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente,
o exercício de suas funções, não está sob processo de investigação,
pena ou suborno, concessão, perdão ou suspensão de processo, nem
contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da
concorrência, contra as relações de consumo, e a pública ou a pro-
pria moralidade. 3. Ratificar a utilização de componente organizacional
único de oúrdoria, cuja instalação foi autorizada pelo Conselho Gerente
Extraordinário de 26.03.2008, do Banco Prosper S.A., brasileiro, casado,
empresário, portador de carteira de identidade nº 4.475.373, expedida
pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 24.672.838-34, residente e do-
miciliado na Rua Itatupa, nº 226, 1º andar, bairro de Janelinho, em
virtude de agradecimento aos diretores reteridos e a todos os demais
serviços prestados à sociedade durante suas gestões. 2. Eleger como
diretor executivo de companhia para preenchimento de cargo vago
em 16.12.2006, do Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/66, do Banco Prosper
S.A., brasileiro, casado, empresário, portador de carteira de iden-
tidade nº 4.475.373, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº
24.672.838-34, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São
Paulo, na Rua Orsúlio, nº 578, Butantã, - O diretor ora eleito tomou
juramento e foi homologado pelo Banco Central do

41 1040910

SEGUROADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
CNPJ/MF: nº 09.248.698/0001-04

NIRE n° 33.3.0028479-6

CO DE 2010. Data, Hora e Loc

das datas dos meses de março de 2010, às 13:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar (Antiga), Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20040-000, Convocações: O edital de convocação foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 28 de março de 2010, nas páginas 1, 04 e 31, e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 28 de março de 2010, nas páginas B2, B5 e B7, respectivamente. Publicações Prévia: O Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, foram publicados nas páginas 10 e 13 da edição de 25 de fevereiro de 2010 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nas páginas 10 e 13 da edição de 26 de fevereiro de 2010 do "Jornal Valor Econômico", localizados, respectivamente, nos dorsos informativos da Superintendência de Seguros Privados. Presença: Os dados estatísticos representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Participação dos Acionistas da Companhia, presentes Ricardo de Sá Azeiteiro, Diretor Presidente, e os Senhores Alexandre Medeiros de Miranda, respectivamente Diretor-Presidente e Diretor Executivo Financeiro, e representante da empresa do audito, Eduardo Ribeiro

terbousaCoopers, para os fins e efeitos do §1º do art. 134 da Lei nº 6.404/76. Ordem do Dia: (II) Exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração referente ao exercício de 2009, acompanhado das demonstrações financeiras independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria; (III) Destinação do lucro líquido do exercício de 2009; (IV) Distribuição de Dividendos, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) com base no lucro líquido ajustado, apurado na data-base de 31 de dezembro de 2009; (V) Eleição dos membros do Conselho de Administração e de liberação sobre a Remuneração Global da Administração para o ano de 2010; (VI) Eleição dos membros do Conselho Fiscal e (VII) Ratificação das designações de diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conforme determinação da Carta-Circular SUSEP/DECONGAB nº 0506, Mesa de Trabalho: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Luiz Faoro, Diretor: José Tomazetti; Por ocasião do início dos trabalhos, os acionistas deliberaram, por unanimidade, aprovar a lavatura da presente ata na forma sumária e a sua publicação com a emissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei nº 6.404/76, respectivamente. Passando à ordem do dia, os acionistas deliberaram: (I) Aprovar, por unanimidade, o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria; (II) Aprovar, por unanimidade, a proposta de distribuição do lucro líquido do exercício de 2009, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), calculados com base no lucro líquido ajustado, apurado na data-base de 31 de dezembro de 2009. Os acionistas manifestaram preocupação com a ausência de registro tarifário para o ano de 2010, apesar dos estudos apresentados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que demonstram a sua necessidade; (III) Eleger, por unanimidade, para ocupar os cargos de conselheiros do Conselho de Administração da Companhia, em plena observância do Acordo de Acionistas arquivado na sede da mesma: (I) Luiz Tavares Pereira Filho, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 22.832, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF nº 025.794.407-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Carlos Eduardo Corrêa de Lago, brasileiro, casado, titular do documento de identidade nº 11.053.853, expedido pela CREARJ, inscrito no CPF nº 081.290.307-25, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (2) João César Alves de Oliveira, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 373.024, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 025.794.407-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Geraldo Afonso Doreza de Silva, brasileiro, casado, bancário, titular do documento de identidade nº 558.319.067, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 775.375.059-04, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (3) Gustavo Clemente Germano Santos, brasileiro, casado, titular do documento de identidade nº 06.182.310-4, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 009.041.017-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Bernardo Diekmann, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 100.184.155, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 068.886.347-79, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (4) Jorge de Souza Andrade, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 042.906.727-53, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 025.794.407-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Nelson Roberto Andrade de Mattos, brasileiro, advogado, titular do documento de identidade nº 85.246, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF nº 021.578.717-50, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (5) Casimiro Blanco de Almeida, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 3.294.887-04, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 058.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Sidney Maury Sentinella, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 335.874-3, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 131.571.916-53, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 025.794.407-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (6) Iseli Abe, japonesa, casada, secretária, titular do documento de identidade nº 028.211.147-81, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 025.794.407-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Marcelo Goldman, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 06.526.179-0, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF nº 054.465.267-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (7) Juvenilo Cavalcante Braga, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 258.267.161-48, residente e domiciliado em Brasília, como titular, e Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 23.400.861-0, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 025.794.407-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (8) André Luiz Faoro, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 35.700.664-1, expedido pela

SSP/RJ, inscrito no CPF nº 069.227.807-70, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Laércio dos Santos Vicens, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 14.089.528-0, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 073.322.159-93, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (9) Muelo Novas de Albuquerque Cavalcanti, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 1.118.805, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 093.656.054-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Jorge Carvalho, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 1.122.555, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 025.888.817-91, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (10) José Gilberto Posselt, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 159.780-9, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 030.576.789-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Paulo de Oliveira Medeiros, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 6.415.118-X, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 048.953.316-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (11) Ricardo José Iglesias Teixeira, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº 1.102.754-7, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 491.369.338-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e José Carlos Lyrio Rocha, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 214.117-8, expedido pela CIRE - 47ª REGIAO, inscrito no CPF nº 066.410.487-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (12) Marivaldo Medeiros, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 743.052-2, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 003.088.629-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Luiz Eduardo Fidalgo, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 783.470-147-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (13) Frederico Barrolo, italiano, divorçado, secretário, titular do RNE nº V2509688, expedido pela SEDPM/DF, inscrito no CPF nº 055.180.547-45, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Eui Nuno de Jesus Bezerra, brasileiro, divorçado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 318.537-6, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 037.112.697-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente. A publicação da Declaração de Propriedade relativa aos conselheiros que não integram a Administração da Companhia foi publicada nos editais do Jornal Valor Econômico (Edição Nacional), nos dias 15 de março de 2010, nas páginas C11 e C14, e no Diário Oficial da União, Seção 3, também nos dias 15 de março de 2010, nas páginas 193 e 165, respectivamente. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos foram para o mandato de 2011, por manuseio em seus cargos até a investidura dos novos administradores. A posse dos membros do Conselho de Administração dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas do Conselho de Administração da Companhia, a ser realizada ainda nesta data. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos dependem da aprovação da Assembleia Geral para a validade de sua eleição dependa da aprovação dos eleitos declararem não estarem incursos em nenhum crime que os impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem sujeitos a qualquer processo em curso, em qualquer das Resoluções nºs 652/2001 e 1362/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. No tocante ao processo de eleição dos membros do Conselho de Administração, a Assembleia Geral, do Conselho de Administração da Companhia, em plena observância do Acordo de Acionistas arquivado na sede da mesma: (I) Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 097.520.371-3, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 028.211.147-81, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Marivaldo Tadeu Di Giorgio, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 3.787.447-8, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 085.504.228-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (2) Lucio Antônio Marques, brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 141.081, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 010.816.195-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Antonio Carlos Macedo Muniz, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 049.920.01-4, expedido pelo Ministério do Exterior, inscrito no CPF nº 224.508.077-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (3) Liiane Joana Baldacci, brasileira, divorçada, secretária, titular do documento de identidade nº 16.777.544, expedido pela SSP-RJ, inscrito no CPF nº 088.892.826-10, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Haydowland Roberto Chubbaram de Costa, brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº 075.822.300-4, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF nº 076.639.427-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente. Os acionistas deliberaram por fim, por unanimidade, que a remuneração individual dos conselheiros titulares do Conselho Fiscal para o ano de 2010, será de 10% da remuneração média, por atividade dos diretores da Companhia, nos termos do § 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos terão prazo de mandato até à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2011. A posse dos membros do Con-

selho Fiscal dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas do Conselho Fiscal da Companhia, a ser realizada ainda nesta data. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos dependem da aprovação dos eleitos declararem não estarem incursos em nenhum crime que os impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem sujeitos a qualquer processo em curso, em qualquer das Resoluções nºs 652/2001 e 1362/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Em relação à eleição dos membros do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral, do Conselho de Administração da Companhia, em plena observância do Acordo de Acionistas arquivado na sede da mesma: (I) Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 097.520.371-3, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 028.211.147-81, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Marivaldo Tadeu Di Giorgio, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 3.787.447-8, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 085.504.228-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (2) Lucio Antônio Marques, brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 141.081, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 010.816.195-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Antonio Carlos Macedo Muniz, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 049.920.01-4, expedido pelo Ministério do Exterior, inscrito no CPF nº 224.508.077-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (3) Liiane Joana Baldacci, brasileira, divorçada, secretária, titular do documento de identidade nº 16.777.544, expedido pela SSP-RJ, inscrito no CPF nº 088.892.826-10, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Haydowland Roberto Chubbaram de Costa, brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº 075.822.300-4, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF nº 076.639.427-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente. Os acionistas deliberaram por fim, por unanimidade, que a remuneração individual dos conselheiros titulares do Conselho Fiscal para o ano de 2010, será de 10% da remuneração média, por atividade dos diretores da Companhia, nos termos do § 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos terão prazo de mandato até à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2011. A posse dos membros do Con-

selho Fiscal dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas do Conselho Fiscal da Companhia, a ser realizada ainda nesta data. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos dependem da aprovação dos eleitos declararem não estarem incursos em nenhum crime que os impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem sujeitos a qualquer processo em curso, em qualquer das Resoluções nºs 652/2001 e 1362/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Em relação à eleição dos membros do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral, do Conselho de Administração da Companhia, em plena observância do Acordo de Acionistas arquivado na sede da mesma: (I) Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 097.520.371-3, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF nº 028.211.147-81, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Marivaldo Tadeu Di Giorgio, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 3.787.447-8, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 085.504.228-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (2) Lucio Antônio Marques, brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 141.081, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF nº 010.816.195-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Antonio Carlos Macedo Muniz, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 049.920.01-4, expedido pelo Ministério do Exterior, inscrito no CPF nº 224.508.077-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (3) Liiane Joana Baldacci, brasileira, divorçada, secretária, titular do documento de identidade nº 16.777.544, expedido pela SSP-RJ, inscrito no CPF nº 088.892.826-10, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Haydowland Roberto Chubbaram de Costa, brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº 075.822.300-4, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF nº 076.639.427-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente. Os acionistas deliberaram por fim, por unanimidade, que a remuneração individual dos conselheiros titulares do Conselho Fiscal para o ano de 2010, será de 10% da remuneração média, por atividade dos diretores da Companhia, nos termos do § 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos terão prazo de mandato até à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2011. A posse dos membros do Con-

DIÁRIO OFICIAL
IMPRESSA OFICIAL
do Estado do Rio de Janeiro

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATERIAS: As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof ou em envelopes em mídia eletrônica nas Agências Rio ou Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO: Os textos e redações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhadas à Assessoria de Imprensa e Comunicação da Presidência da República - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 222-1-901 - Tel.: (0xx21) 2334-3242, e 2334-3244.

AGÊNCIAS DA IMPRESSA OFICIAL - RJ: Atendimento das 06:00 às 17:00 horas
Rua São José, 35, 22224
Edifício Guanabara, Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 222-1-901 - Tel.: (0xx21) 2334-3242, e 2334-3244

PREÇO PARA CADA PUBLICAÇÃO: R\$ 132,00
R\$ 82,40

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATERIAS: Devem ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

Haroldo Zager Faria Tinoco
DIRETOR-GERAL

Jorge Narciso Pores
DIRETOR-INDUSTRIAL

Reato de Oliveira Freitas
DIRETOR-ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Parte V - Publicações a Pedido

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00 (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)

(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.

Obs: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para os funcionários públicos (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do termo de concessão.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não vende as publicações para vender eletrônicas. Essas mesmas podem ser adquiridas em meios eletrônicos e nos seguintes endereços: Banco Itaú, Cópia de exemplares impressos poderão ser adquiridos às seguintes condições: R\$ 28,00 - Niterói; R\$ 28,00 - Atenção: É vedada a devolução de valores pelas assinaturas de O.D.

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Marquês de Olinda, 25, Centro - Niterói, RJ, CEP 24030-170. Tel.: (0xx21) 2717-4141 FAX: (0xx21) 2717-4346

www.imprensaoficial.rj.gov.br

PROCURAÇÃO

MAPFRE SEGUROS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta Capital na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.074.175/0001-38, por seus representantes legais ao final assinados, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Claúsula Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015.


Orival Grahl
Diretor Jurídico



21º Tabelião de Notas
São Paulo - Capital
Luiz Affonso Spagnuolo Medina - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) Firma(s) S/ VALOR
ECONOMICO de: BRIVAL GRMIL, a qual confere cpa
podráo depositado em cartório.
San Paulo, 04/03/2015 - 11:48:07
Seg: CD560700 Em Testemunho _____ da verdade.
Total R\$: 4,75
VERA LUCIA DOS SANTOS - Escrevente

R. Liberto Badoiro, 126 - CEP: 01008-910 - U.C. Jrs - São Paulo - SP
Tel: (11) 3291-9500 - Fax: (11) 3291-9501



(Subsidiaria Integral)
4.175.0001-38 - NIRE: 2520004292.1

(Subsidiária Integral)
CNPJ: 61.074.175/0001-38 - NIRE: 3530004292.1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2013

AUTENTICAÇÃO
NO VERSO

CNPJ/NAF nº 01.340.937/0001-79 - NIRE 35.300.180.712

IRMANDADE DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE MARÍLIA

GNP/JMF n° 52.049.244/0001-62

EDITAL DE CONCURSO Nº 01/2013 – Ano 2014
A Irmãdoada da Santa Casa de Misericórdia de Marília torna público que, no período 01 a 26 de novembro de 2013, estarão abertas as **INSCRIÇÕES PARA O EXAME DE SELEÇÃO**, para o preenchimento de 03 (três) vagas de Residência Médica nas Especialidades de Ortopedia/Traumatologia e Anestesiologia. A seleção será realizada nos dias 05 e 12 de dezembro de 2013, no Salão de Reuniões da Irmãdoada de Santa Casa de Misericórdia de Marília. O Edital completo será disponibilizado a partir do dia 01/11/2013 no site institucional: www.orcsmarilia.org.br

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Fertilizantes do Cuiabá, Santos, São João del-Rei, Guarujá e São Gerardo, Bertioga, Mogi Moguçu, Jundiaí e Ilhópolis.

Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados deste Sindicato, para a comparecimento no dia 12 de novembro de 2013 às 18:00hs em primeira e às 19:00hs em segunda convocação, em sua sede social, à Av. Senador Pinheiro Machado, 77 - Vila Matheus - Santos - SP, para em Assembleia Geral Ordinária, deliberar em sobre a seguinte Ordem do Dia: 1-Leitura, discussão e votação da Previsão Orçamentária para o exercício de 2013 com parecer do Conselho Fiscal, Santos - 05 de novembro de 2013. Herbert Passos Filho - Presidente.

Intermédica Sistema de Saúde S/A torna público que recebeu da CETESB agência ambiental Pinheiros a Licença de Operação nº 45005860, válida até 31/10/2017, p/Hospital localizado na Praça Marechal Deodoro, 149 e 151, Santa Cecília, São Paulo - SP CEP 01.150-011.

COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA toma público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação nº 4005459, válida até 29/10/2018, para Fabricação de Refrigerantes à Av. Dom Pedro I, 2270, Coca Cola, Ipiranga, Ribeirão Preto.



CNPJ: 61.074.175/0001-38 - NIRE: 3530004292-1

— continua —

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira, 8 de janeiro de 2013 às 00:06:45.

21º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Lúcio Baduró, 116 - 1º andar
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia - extraída, nestas
notas, conforme a original apresentada, por fé.

S. Paul - 14 ABR. 2016

Rudnei Payao

Valido somente com o
selo de autenticidade
CÓPIAS PAGOS POR VERBA - AUT. R\$ 2,80



- 8 - continuação

Participações S.A. Parágrafo Único - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. **CAPÍTULO VI. COMITÊ DE AUDITORIA** - Artigo 19 - A Companhia será supervisionada pelo Comitê de Auditoria da Maple BB S2 Participações S.A., o qual, nos termos do art. 14 da Resolução SUSEP nº 118, de 22/12/2004 e legislação posterior, servirá a todas as sociedades supervisionadas integrantes do conglomerado financeiro do qual a instituição é a Maple BB S2 Participações S.A. **CAPÍTULO VII. ACORDO DE ACIONISTAS** - Artigo 20 - O acordo de acionistas deve ser registrado na sede da Companhia, que estabelecerá as condições de compra e venda de suas ações, e o direito de preferência na sua compra, o exercício do direito de voto ou do poder de controle ou, ainda, outras ações, sendo sempre observados pela Companhia o "Acordo de Acionistas". Artigo 21 - Os administradores deverão cumprir e zelar pelo cumprimento dos Acordos de Acionistas e dos planos de negócios e organogramas anuais aprovados nos termos do Acordo de Acionistas e do Estatuto Social. **CAPÍTULO VIII. EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS** - Artigo 22 - O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 23 - A Diretoria deverá deliberar, no prazo máximo de dois meses a partir do fechamento de cada exercício, sobre as contas anuais e a proposta de aplicação do resultado do exercício. **Parágrafo Único** - Após prévia análise e manifestação dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, caso esteja instalado, nos termos da lei, as contas anuais e a proposta de aplicação do resultado do exercício deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária. Artigo 24 - O lucro líquido apurado em cada exercício terá o seguinte orden de aplicação: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição

da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela, em proporção dos lucros da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório da companhia única, no montante equivalente a 25% do lucro líquido do exercício; e (iv) no restante em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela reservada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excedente à constituição de Reserva de Lucros a Realizar. Artigo 25 - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá levantar balances intermediários, bem como levantar dividendos ou juros sobre o capital próprio a conta de lucros apurados nesses balances ou de reservas de lucros existentes. Artigo 26 - A Companhia poderá pagar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observados a taxa e os limites estabelecidos na legislação fiscal. O valor pago aos adquirentes de ações ou de capital próprio será deduzido do valor do dividendo líquido em benefício da Companhia. **CAPÍTULO IX. DISSOLUÇÃO E LIQUIDADAÇÃO** - Artigo 27 - A Companhia se dissolverá nos casos estabelecidos pela lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Parágrafo Único** - A própria Assembleia Geral de Acionistas estabelecerá a forma que se dará a dissolução, nomeando, para tanto, um ou vários liquidadores, cujo número deverá ser sempre, ímpar. Artigo 28 - A liquidação da Sociedade se dará nos casos estabelecidos na legislação aplicável. **CAPÍTULO X. FORT** - Artigo 29 - Fica eleito o foro da comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Estatuto Social. **Núcleos** - Eduardo dos Santos Ferreira - Presidente, Roberto Barroso - Secretário.

ATLÂNTICA II PARQUE EÓLICO S.A.

CNPJ/MF nº 12.773.558/0001-99 - NIRE 35.300.438.562

Extrato da Ata da Reunião de Diretoria Executiva

Data, Hora e Local: 12/12/12, às 11h, na sede social, Presença: Compareceram à Reunião a totalidade dos membros da Diretoria. **Massa Diretiva:** Presidente: Miguel N. Abdalla Saad, Secretário: Eliana de F. Frázio, Deliberações: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos do Art. 17, inciso IX, do Estatuto Social da Cia, e 2ª emissão, para distribuição pública com estornos restritos de colação ("Emissão" e "Distribuição", respectivamente), de NPS comerciais, nos termos do ICVM nº 134, de 17/11/90, do ICVM nº 155, de 7/08/91 e do ICVM nº 476, de 18/04/99, as quais terão as seguintes condições e condições: (a) Valor Total da Emissão e Data de Emissão: até R\$ 57.500.000,00 na data de sua respectiva subscrição e integralização ("Data de Emissão"); (b) Número de Séries: única; (c) Quantidade de Títulos: até 60 milhões de títulos; (d) Valor Nominal Unitário: no valor de R\$ 11.500.000,00; (e) Forma: as NPS serão emitidas fisicamente, em forma cartular, sendo sua circulação por endosso em preto, de mera transferência de titularidade e licitar depositadas no banco mandatário e ser controlado pela Cia; (f) Garantia: as NPS serão controladas com as seguintes garantias: (i) Aval do CPTI, Encargos e Negociação: as NPS serão registradas para colação primária e negociação secundária, observados os requisitos e procedimentos previstos no ICVM nº 476, no (i) SDT - Módulo de Distribuição de Títulos e (ii) CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"); (j) Local de Pagamento: os pagamentos referentes às NPS serão realizados em conformidade com os procedimentos (i) da CETIP para as NPS custodiadas eletronicamente no CETIP21 ou, (ii) para os Titulares das NPS que não estiverem vinculados ao referido módulo, na sede da Cia; (k) Prorrogação de Prazos: considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às NPS, até o 1º dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário em São Paulo, local de pagamento das NPS, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo; (l) Forma de Integralização: as NPS serão integralizadas à vista no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário de acordo com os procedimentos da CETIP; (m) Resgate Antecipado: as NPS poderão ser resgatadas antecipadamente pelo Valor Nominal Unitário previsto no art. 7º, § 2º da Lei nº 134, mediante comunicação escrita aos Titulares das NPS e à CETIP, com antecedência mínima de 10 dias, contados da data do resgate antecipado pelo saldo do valor principal, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida) e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado, sem o pagamento de qualquer prêmio em decorrência do Resgate Antecipado; (n) Resgate Antecipado Obrigatório: na hipótese de obtenção pela Cia, de financiamento com o BNDES, a Cia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das NPS, no prazo de 60 dias da liberação do Pênor ("Resgate Antecipado Obrigatório"), mediante comunicação escrita aos Titulares das NPS e à CETIP, com antecedência mínima de 10 dias, contados da data do resgate antecipado pelo saldo do valor principal, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado ("Valor do Resgate Antecipado Obrigatório"); (o) Resgate Antecipado Voluntário: as NPS poderão ser resgatadas antecipadamente pelo Valor Nominal Unitário, sem o pagamento de qualquer prêmio em decorrência do Resgate Antecipado, sendo certo que todas as NPS serão resgatadas em uma única data; (p) Atualização do valor nominal: não haverá atualização do Valor Nominal Unitário; (q) Remuneração: as NPS terão juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidindo sobre o Valor Nominal Unitário, pagos juntamente com o valor nominal na Data de Vencimento, correspondente à variação percentual acumulada de 108,50% das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, di "over extra grupo", expressa em forma percentual por ano, base 252 dia, calculada e divulgada publicamente pela CETIP em seu informativo diário, disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DT"); calculadas pro rata temporis até a Data de Vencimento das NPS ("Remuneração"); observados os critérios estabelecidos no "Código de Fórmulas Notas Comerciais e Obrigações - CETIP21", disponível para consulta na página da CETIP na internet acima referida; (r) Vencimento Antecipado: as NPS poderão ser declaradas antecipadamente vencidas por seus Titulares na ocorrência de hipóteses de vencimento antecipado a serem listadas nos documentos relativos à Oferta, quais sejam, a cédula das NPS e o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com estornos restritos de NPS Comerciais da 2ª Emissão da Cia ("Cédula" e "Contrato de Distribuição", respectivamente); (s) Regime de Colocação: as NPS serão objeto de distribuição pública com estornos restritos, nos termos do Contrato de Distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação e prestado pelo BB - Banco de Investimento S.A., coordenador líder da Oferta, no valor de até R\$ 57.500.000,00; e (t) Titularidade: para todos os fins e efeitos, a titularidade das NPS será comprovada pela posse da cédula das NPS. Adicionalmente, será reconhecido como componente de titularidade, para as NPS custodiadas eletronicamente no CETIP21, o extrato em nome dos Titulares das NPS emitido pela CETIP. Encerramento: Lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Diretores Presentes:** Miguel N. Abdalla Saad, Diretor Presidente; Marcelo A. G. Souza, Diretor Financeiro; João Miguel M. Martin, Diretor de Gestão; Tarciso Borelli Jr., Diretor de Sustentabilidade e Márcio A. Severi, Diretor de Regulação e Comercialização. SP, 12/12/12, Eliana de F. Frázio - Secretária. "Conforme o § 3º do Art. 130 da Lei das S.A. nº 6.404 de 15/12/76, a íntegra dessa informação encontra-se disponível na sede da Cia, JUCESP nº 551.23112-9 em 27/12/12. Gisela S. Ceschin - Sec. Geral.

ATLÂNTICA II PARQUE EÓLICO S.A.

CNPJ/MF nº 12.963.860/0001-10 - NIRE 35.300.438.574

Extrato da Ata da Reunião de Diretoria Executiva

Data, Hora e Local: 12/12/12, às 11h, na sede social, Presença: Compareceram à Reunião a totalidade dos membros da Diretoria. **Massa Diretiva:** Presidente: Miguel N. Abdalla Saad, Secretário: Eliana de F. Frázio, Deliberações: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos do Art. 17, inciso IX, do Estatuto Social da Cia, e 2ª emissão, para distribuição pública com estornos restritos de colação ("Emissão" e "Distribuição", respectivamente), de NPS comerciais, nos termos do ICVM nº 134, de 17/11/90, do ICVM nº 155, de 7/08/91 e do ICVM nº 476, de 18/04/99, as quais terão as seguintes condições e condições: (a) Valor Total da Emissão e Data de Emissão: até R\$ 57.500.000,00 na data de sua respectiva subscrição e integralização ("Data de Emissão"); (b) Número de Séries: única; (c) Quantidade de Títulos: até 60 milhões de títulos; (d) Valor Nominal Unitário: no valor de R\$ 11.500.000,00; (e) Forma: as NPS serão emitidas fisicamente, em forma cartular, sendo sua circulação por endosso em preto, de mera transferência de titularidade e licitar depositadas no banco mandatário e ser controlado pela Cia; (f) Garantia: as NPS serão controladas com as seguintes garantias: (i) Aval do CPTI, Encargos e Negociação: as NPS serão registradas para colação primária e negociação secundária, observados os requisitos e procedimentos previstos no ICVM nº 476, no (i) SDT - Módulo de Distribuição de Títulos e (ii) CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"); (j) Local de Pagamento: os pagamentos referentes às NPS serão realizados em conformidade com os procedimentos (i) da CETIP para as NPS custodiadas eletronicamente no CETIP21 ou, (ii) para os Titulares das NPS que não estiverem vinculados ao referido módulo, na sede da Cia; (k) Prorrogação de Prazos: considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às NPS, até o 1º dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário em São Paulo, local de pagamento das NPS, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo; (l) Forma de Integralização: as NPS serão integralizadas à vista no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário de acordo com os procedimentos da CETIP; (m) Resgate Antecipado: as NPS poderão ser resgatadas antecipadamente pelo Valor Nominal Unitário previsto no art. 7º, § 2º da Lei nº 134, mediante comunicação escrita aos Titulares das NPS e à CETIP, com antecedência mínima de 10 dias, contados da data do resgate antecipado pelo saldo do valor principal, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida) e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado, sem o pagamento de qualquer prêmio em decorrência do Resgate Antecipado; (n) Resgate Antecipado Obrigatório: na hipótese de obtenção pela Cia, de financiamento com o BNDES, a Cia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das NPS, no prazo de 60 dias da liberação do Pênor ("Resgate Antecipado Obrigatório"), mediante comunicação escrita aos Titulares das NPS e à CETIP, com antecedência mínima de 10 dias, contados da data do resgate antecipado pelo saldo do valor principal, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado ("Valor do Resgate Antecipado Obrigatório"); (o) Resgate Antecipado Voluntário: as NPS poderão ser resgatadas antecipadamente pelo Valor Nominal Unitário, sem o pagamento de qualquer prêmio em decorrência do Resgate Antecipado, sendo certo que todas as NPS serão resgatadas em uma única data; (p) Atualização do valor nominal: não haverá atualização do Valor Nominal Unitário; (q) Remuneração: as NPS terão juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidindo sobre o Valor Nominal Unitário, pagos juntamente com o valor nominal na Data de Vencimento, correspondente à variação percentual acumulada de 108,50% das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, di "over extra grupo", expressa em forma percentual por ano, base 252 dia, calculada e divulgada publicamente pela CETIP em seu informativo diário, disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DT"); calculadas pro rata temporis até a Data de Vencimento das NPS ("Remuneração"); observados os critérios estabelecidos no "Código de Fórmulas Notas Comerciais e Obrigações - CETIP21", disponível para consulta na página da CETIP na internet acima referida; (r) Vencimento Antecipado: as NPS poderão ser declaradas antecipadamente vencidas por seus Titulares na ocorrência de hipóteses de vencimento antecipado a serem listadas nos documentos relativos à Oferta, quais sejam, a cédula das NPS e o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com estornos restritos de NPS Comerciais da 2ª Emissão da Cia ("Cédula" e "Contrato de Distribuição", respectivamente); (s) Regime de Colocação: as NPS serão objeto de distribuição pública com estornos restritos, nos termos do Contrato de Distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação e prestado pelo BB - Banco de Investimento S.A., coordenador líder da Oferta, no valor de até R\$ 57.500.000,00; e (t) Titularidade: para todos os fins e efeitos, a titularidade das NPS será comprovada pela posse da cédula das NPS. Adicionalmente, será reconhecido como componente de titularidade, para as NPS custodiadas eletronicamente no CETIP21, o extrato em nome dos Titulares das NPS emitido pela CETIP. Encerramento: Lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Diretores Presentes:** Miguel N. Abdalla Saad, Diretor Presidente; Marcelo A. G. Souza, Diretor Financeiro; João Miguel M. Martin, Diretor de Gestão; Tarciso Borelli Jr., Diretor de Sustentabilidade e Márcio A. Severi, Diretor de Regulação e Comercialização. SP, 12/12/12, Eliana de F. Frázio - Secretária. "Conforme o § 3º do Art. 130 da Lei das S.A. nº 6.404 de 15/12/76, a íntegra dessa informação encontra-se disponível na sede da Cia, JUCESP nº 551.23312-6 em 27/12/12. Gisela S. Ceschin - Sec. Geral.

ATLÂNTICA II PARQUE EÓLICO S.A.

CNPJ/MF nº 12.864.421/0001-40 - NIRE 35.300.438.566

Extrato da Ata da Reunião de Diretoria Executiva

Data, Hora e Local: 12/12/12, às 12h, na sede social, Presença: Compareceram à Reunião a totalidade dos membros da Diretoria. **Massa Diretiva:** Presidente: Miguel N. Abdalla Saad, Secretário: Eliana de F. Frázio, Deliberações: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos do Art. 17, inciso IX, do Estatuto Social da Cia, e 2ª emissão, para distribuição pública com estornos restritos de colação ("Emissão" e "Distribuição", respectivamente), de NPS comerciais, nos termos do ICVM nº 134, de 17/11/90, do ICVM nº 155, de 7/08/91 e do ICVM nº 476, de 18/04/99, as quais terão as seguintes condições e condições: (a) Valor Total da Emissão e Data de Emissão: até R\$ 57.500.000,00 na data de sua respectiva subscrição e integralização ("Data de Emissão"); (b) Número de Séries: única; (c) Quantidade de Títulos: até 60 milhões de títulos; (d) Valor Nominal Unitário: no valor de R\$ 11.500.000,00; (e) Forma: as NPS serão emitidas fisicamente, em forma cartular, sendo sua circulação por endosso em preto, de mera transferência de titularidade e licitar depositadas no banco mandatário e ser controlado pela Cia; (f) Garantia: as NPS serão controladas com as seguintes garantias: (i) Aval do CPTI, Encargos e Negociação: as NPS serão registradas para colação primária e negociação secundária, observados os requisitos e procedimentos previstos no ICVM nº 476, no (i) SDT - Módulo de Distribuição de Títulos e (ii) CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"); (j) Local de Pagamento: os pagamentos referentes às NPS serão realizados em conformidade com os procedimentos (i) da CETIP para as NPS custodiadas eletronicamente no CETIP21 ou, (ii) para os Titulares das NPS que não estiverem vinculados ao referido módulo, na sede da Cia; (k) Prorrogação de Prazos: considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às NPS, até o 1º dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário em São Paulo, local de pagamento das NPS, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo; (l) Forma de Integralização: as NPS serão integralizadas à vista no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário de acordo com os procedimentos da CETIP; (m) Resgate Antecipado: as NPS poderão ser resgatadas antecipadamente pelo Valor Nominal Unitário previsto no art. 7º, § 2º da Lei nº 134, mediante comunicação escrita aos Titulares das NPS e à CETIP, com antecedência mínima de 10 dias, contados da data do resgate antecipado pelo saldo do valor principal, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida) e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado, sem o pagamento de qualquer prêmio em decorrência do Resgate Antecipado; (n) Resgate Antecipado Obrigatório: na hipótese de obtenção pela Cia, de financiamento com o BNDES, a Cia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das NPS, no prazo de 60 dias da liberação do Pênor ("Resgate Antecipado Obrigatório"), mediante comunicação escrita aos Titulares das NPS e à CETIP, com antecedência mínima de 10 dias, contados da data do resgate antecipado pelo saldo do valor principal, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado ("Valor do Resgate Antecipado Obrigatório"); (o) Resgate Antecipado Voluntário: as NPS poderão ser resgatadas antecipadamente pelo Valor Nominal Unitário, sem o pagamento de qualquer prêmio em decorrência do Resgate Antecipado, sendo certo que todas as NPS serão resgatadas em uma única data; (p) Atualização do valor nominal: não haverá atualização do Valor Nominal Unitário; (q) Remuneração: as NPS terão juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidindo sobre o Valor Nominal Unitário, pagos juntamente com o valor nominal na Data de Vencimento, correspondente à variação percentual acumulada de 108,50% das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, di "over extra grupo", expressa em forma percentual por ano, base 252 dia, calculada e divulgada publicamente pela CETIP em seu informativo diário, disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DT"); calculadas pro rata temporis até a Data de Vencimento das NPS ("Remuneração"); observados os critérios estabelecidos no "Código de Fórmulas Notas Comerciais e Obrigações - CETIP21", disponível para consulta na página da CETIP na internet acima referida; (r) Vencimento Antecipado: as NPS poderão ser declaradas antecipadamente vencidas por seus Titulares na ocorrência de hipóteses de vencimento antecipado a serem listadas nos documentos relativos à Oferta, quais sejam, a cédula das NPS e o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com estornos restritos de NPS Comerciais da 2ª Emissão da Cia ("Cédula" e "Contrato de Distribuição", respectivamente); (s) Regime de Colocação: as NPS serão objeto de distribuição pública com estornos restritos, nos termos do Contrato de Distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação e prestado pelo BB - Banco de Investimento S.A., coordenador líder da Oferta, no valor de até R\$ 57.500.000,00; e (t) Titularidade: para todos os fins e efeitos, a titularidade das NPS será comprovada pela posse da cédula das NPS. Adicionalmente, será reconhecido como componente de titularidade, para as NPS custodiadas eletronicamente no CETIP21, o extrato em nome dos Titulares das NPS emitido pela CETIP. Encerramento: Lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Diretores Presentes:** Miguel N. Abdalla Saad, Diretor Presidente; Marcelo A. G. Souza, Diretor Financeiro; João Miguel M. Martin, Diretor de Gestão; Tarciso Borelli Jr., Diretor de Sustentabilidade e Márcio A. Severi, Diretor de Regulação e Comercialização. SP, 12/12/12, Eliana de F. Frázio - Secretária. "Conforme o § 3º do Art. 130 da Lei das S.A. nº 6.404 de 15/12/76, a íntegra dessa informação encontra-se disponível na sede da Cia, JUCESP nº 552.71212-7 em 20/12/12. Gisela S. Ceschin - Sec. Geral.

EDITORA ABRIL S.A., uma pessoa jurídica que recebeu da CETESB a Licença de Operação nº 29060060-1, válida até 03/01/2016, para EDCO E IMPRESSÃO DE REVISTAS DE CONTEÚDO TÉCNICO OU GERAL, à AV. OTAVIANO ALVES DE LIMA, 4400, Figueira do O, São Paulo.

STECK INDÚSTRIA ELÉTRICA LTDA., uma pessoa jurídica que recebeu da CETESB a Licença de Operação nº 29060060-1 para atividade de Material elétrico para instalações em circuito de consumo, fabricação à Av. Mandantes da Rocha, nº 1771 a 1809 - Jardim Brasil - São Paulo/SP.

EDITORA ABRIL S.A., uma pessoa jurídica que recebeu da CETESB a Licença de Operação nº 29060060-1, válida até 03/01/2016, para EDCO E IMPRESSÃO DE REVISTAS DE CONTEÚDO TÉCNICO OU GERAL, à AV. OTAVIANO ALVES DE LIMA, 4400, Figueira do O, São Paulo.

RUMID EMPREENDIMENTOS LTDA., empresa regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.420.038/0001-40, uma pessoa jurídica que recebeu da CETESB a Licença de Operação do LOTEAMENTO PARQUE DOS IPÊS, localizada no município de Itatiba-SP.

A Concessão da Rodovia do Oeste do Estado de São Paulo - Via Oeste SA, uma pessoa jurídica que recebeu da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB a Licença Ambiental nº 2105 de 18/10/2012, para a Operação das Margens da Rodovia Presidente Castello Branco (SP-260), km 13+700 ao km 24+000 - pista leste e km 13+700 ao km 24+000 - pista oeste, o valor de R\$ 10 (dez) reais a contar da data de sua emissão.

Cocarl Empreza Multimodal de Movimentação de Materiais Ltda tornou-se pública que recebeu da CETESB a Licença PEI e de Instalação nº 25000175, para Posto de Armazenagem de produtos químicos ao ar livre, à Estrada Eng. Pílvio de Queiroz, S/N, Jardim São Marcos, Cubatão/SP.

Imprensa Oficial
Autoridade Certificadora
Rua do Estado de São Paulo

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando utilizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira, 8 de janeiro de 2013 às 05:06:45.

**AUTENTICADO
NO VERSO**



MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

[illegible]

**M.G.H.S.P.E. Empreendimentos
e Participações S.A.**

[illegible]

SECOVÍSP - SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO - EDITAL - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL DE 2013 - Em cumprimento ao disposto no artigo 605 do CLT, ficam notificados na categoria representada pelo SECOVÍSP, que deverá recolher até o dia 31 de janeiro em curso, a Contribuição Sindical Patronal para o exercício de 2013, sob pena de notificação em cartão de inadimplência e/ou emissão de ofício de 60 dias do CGL. As prazos para recolhimento também podem ser obtidos no site da CEF - www.casv.gov.br. São Paulo, 10 de janeiro de 2013. Claudio Bernardes da Silva - SECOVÍSP

ade deste documento
al.com.br

Num. 6289796 - Pág. 9

XX





MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

[illegible]

M.G.H.S.P.E. Empreendimentos
e Participações S.A.

[illegible]

Salvador dos Santos-Membro do Conselho de Administração; Jucesp nº 15.317/13-4 em 02/01/2013. Gisela Simiema Ceschin-Secretária Gerl.

SECONVSP - SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO - EDITAL - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL DE 2013. Em cumprimento ao disposto no artigo 605 da Constituição Nacional, as categorias representadas pelo SECONVSP, de que fazemos parte, solicitamos a todos os associados e não associados do Sindicato Patronal para o exercício de 2013, sob pena de ineficácia, as periodicidades estipuladas no art. 600 da CLT. As guias para recolhimento também podem ser obtidas no site do CEF - www.cef.gov.br. São Paulo, 10 de janeiro de 2013. Claudio Bernardino de Oliveira - Presidente - SECONVSP.





SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA SUSEP Nº 4.998, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos Susep nºs 15414.004917/2011-50, 15414.000380/2012-30, 15414.000704/2012-30, 15414.100080/2012-50, 15414.100175/2012-73, 15414.100390/2012-74 e 15414.100405/2012-02,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A., CNPJ nº 61.074.175/0001-38, com sede social na cidade de São Paulo – SP, nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 21 de setembro de 2011, 29 de dezembro de 2011, 9 de janeiro de 2012, 26 de janeiro de 2012, 14 de março de 2012, 18 de maio de 2012 e 11 de junho de 2012:

I – destituição e eleição de diretores;

II – mudança da denominação social para MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.;

III – aumento do capital social em R\$ 130.000.000,00, elevando-o de R\$ 1.101.663.446,15 para R\$ 1.231.663.446,15, representado por 924.383.363 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;

IV – extinção do Conselho de Administração;

V – realocação do Comitê de Auditoria para MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 12.264.857/0001-06, com sede social na cidade de São Paulo – SP; e

VI – reforma e consolidação do estatuto social.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

Superintendente



PETIÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROCURAÇÃO JUNTADA NOS AUTOS



JUNTADA DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS



ROCHA, MARINHO
E SALES
ADVOCADOS

ANASTACIO MARINHO
CAIO CESAR ROCHA
DEBORAH SALES
TIAGO ASFOR ROCHA
WILSON SALES BELCHIOR
AMAUURY GOMES
ANA AMÉLIA RAMOS
ANA CAROLINNE DA SILVA
ANA JULIA SILVA
ANDRESSA FRANÇA
BÁRBARA ROCHA
BRENO PESSOA
CARLA LIMA
CAROLINA BEZERRA
CHIARA PIMENTA

CLÁUDIA ARRUDA
CRISTIANA FREITAS
CRISTIANE CARVALHO
DANIELLE LUCENA
DAVID ROCHA
EDUARDO FERREI
ÉLIDA LIMA MARTINS
ELORA FERNANDES
EMANUELLA PONTES
ÉRIKA NÓBREGA
EVELINE LIMA
FABIOLA FEIJÓ
FABIOLA FREITAS
FLÁVIA LINS
GLAUBER NUNES

HUGO MELO
ÍCARO REBOUÇAS
ILANA LIMA
JANIELLE SEVERO
JOÃO PIMENTEL
JULIANA MIRANDA
JÚLIO CABRAL
JUSSARA MAFRA
KAMILA CARVALHO
LARISSA MAIA
LARISSA SILVEIRA
LARISSA RODRIGUES
LAYLA MILENA
LEONARDO CAPISTRANO
LIANE OLIVEIRA

LUCAS ASFOR
LUCAS CAVALCANTE
MAGDA MADEIRA
MANOEL BURGOS
MARCELE ALENCAR
MÁRCIO MACIEL
MÁRCIO MOITINHO
MARCUS FREITAS
MARIELE BRAGANTE
MAYRA REGUEIRA
MIGUEL CORDEIRO
NATASHE MESQUITA
NATHALIA BARROS
NATHALIA RODRIGUES
NATHALY SOUZA

PATRICIA SANTOS
PAULO LUCENA
PEDRO CAMINHA
RAFAEL NOGUEIRA
RENAN REBOUÇAS
RENATO ARRUDA
ROBERTA PORTELA
RUAN CASTRO PAIVA
TATHIANNE LUIZ
VANESSA FREIRE
VÂNIA COSTA
WILTON GALVÃO

CONSULTOR:
MIN. PAULO GALLOTTI

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB**

PROCESSO Nº 0804606-02.2016.8.15.2001

REQUERENTE: CARLOS CRISTOVAM DE MELO

**REQUERIDAS: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A e MAPFRE VERA
CRUZ SEGURADORA S/A**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT E BRADESCO SEGUROS
S.A.**, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe,
vem, por seus advogados infra signatários, **requerer a juntada do
comprovante de pagamento referente as custas processuais** atendendo a
determinação de Vossa Excelência nos termos estabelecidos na
sentença.


Termos em que espera deferimento.

João Pessoa/PB, 22 de dezembro de 2017


WILSON BELCHIOR
OAB/PB 17.314-A

www.rochamarinho.adv.br




 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Via Parte		Vencimento 05/01/2018
Comarca	Processo	Guia nº	Conta FEPJA	Data da Emissão 01/12/2017	
CABEDELO	0804606-02.2016.815.2001	073.2017.002387-0	1618-7/228039-6	Taxa Judiciária	
CUSTAS PREVIAS A FINAL			Custas Judiciais	23,49	
			Diligências	46,04	
			Tarifa Bancária	0,00	
			Total	1,35	
				70,88	


PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO. O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Via Processo		Vencimento 05/01/2018
Comarca	Processo	Guia nº	Conta FEPJA	Data da Emissão 01/12/2017	
CABEDELO	0804606-02.2016.815.2001	073.2017.002387-0	1618-7/228039-6	Taxa Judiciária	
CUSTAS PREVIAS A FINAL			Custas Judiciais	23,49	
			Diligências	46,04	
			Tarifa Bancária	0,00	
			Total	1,35	
				70,88	

PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO. O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Via Central de Guias		Vencimento 05/01/2018
Comarca	Processo	Guia nº	Conta FEPJA	Data da Emissão 01/12/2017	
CABEDELO	0804606-02.2016.815.2001	073.2017.002387-0	1618-7/228039-6	Taxa Judiciária	
CUSTAS PREVIAS A FINAL			Custas Judiciais	23,49	
			Diligências	46,04	
			Tarifa Bancária	0,00	
			Total	1,35	
				70,88	

PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO. O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Via Banco		Vencimento 05/01/2018
Comarca	Guia nº	Tarifa Bancária	Rateio Custas Ag. 1618-7/228039-6	FEP JAAQ 1618-7/228039-6	
CABEDELO	073.2017.002387-0	1,35	68,61	Valor Diligências	
866200000002 708809283185 520180105071 320170023875		5% Ação Recursal Ag. 011-6 C/C 010.001185-3	1618-7/2194724	Total	
				0,00	
				70,88	





Boletos, Convênios e outros

A33D180857111321012
18/12/2017 09:05:48

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
18/12/2017 - AUTO-ATENDIMENTO - 09.05.47
3515703515

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: ROCHA MARINHO E SALES ADV
AGENCIA: 3515-7 CONTA: 12.985-2
EFETUADO POR: ANASTACIO JORGE MATOS D
=====

Convenio	TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PB	
Codigo de Barras	86620000000-2	70880928318-5
	52018010507-1	32017002387-5
Data do pagamento		18/12/2017
Valor em Dinheiro		70,88
Valor em Cheque		0,00
Valor Total		70,88

=====

DOCUMENTO: 121801
AUTENTICACAO SISBB:
3.2E7.B16.1FC.FFF.F41

Transação efetuada com sucesso por: J7648689 ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARI.



JUNTADA DE TERMO DE ACORDO FORMALIZADO ENTRE AS PARTES





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

MUTIRÃO DPVAT – JOÃO PESSOA / 2016

TERMO DE ACORDO/HOMOLOGAÇÃO E ALVARÁ JUDICIAL

Banca 25 – REBECA HENRIQUE DA SILVA - CONCILIADORA

Processo Nº:08046060220168152003

Vara de Origem: 13ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA

Requerente: CARLOS CRISTOVAM DE MELO CPF 691.144.554-04

Advogado ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO OAB/PB 22742 CPF 007.854.364-99

Requerida: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

CNPJ nº 09.248.608/0001-04.

Preposto da Seguradora:

FERNANDA MOREIRA DE PAIVA – CPF Nº. 098.936.627-88

ELAINE LOURENÇO - CPF Nº. 055.118.927-42

Advogado da Seguradora: TARCISIO GABRIEL PEREIRA JUNIOR – OAB/PB 19.448

INFORMAÇÕES DOS VALORES INDIVIDUALIZADOS, INCLUSIVE PARA FINS DE CUMPRIMENTO DOS ALVARÁS.

Valor Total do acordo: R\$ 1.113,75 (um mil cento e treze reais e setenta e cinco centavos)

Valor da parte autora: R\$ 1.012,50 (um mil e doze reais e cinquenta centavos)

Valor dos honorários do advogado: R\$ 101,25 (cento e um reais e vinte e cinco centavos).

As partes acima identificadas, todos representados neste momento por seus advogados ao final assinados, declaram, ratificam e firmam neste TERMO DE ACORDO, TRANSAÇÃO, PAGAMENTO E QUITAÇÃO/ ALVARÁ JUDICIAL, em caráter irrevogável e irretratável, têm justo e reciprocamente aceito e fixado o seguinte:

Com o objetivo de dar fim à Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório– DPVAT acima identificada, relativa à indenização decorrente de acidente de trânsito, em trâmite perante o Juízo apontado neste termo, proposta pelo Autor em face da Ré, as partes, por mútua e recíproca vontade, resolvem compor-se amigavelmente, estipulando, de comum acordo:

I. O pagamento dos valores constantes deste termo, será realizado através dos respectivos alvarás judiciais, precedido de DJO (Depósito Judicial), sendo o principal (da parte autora) através deste instrumento que servirá como alvará judicial, enquanto que os valores referentes os honorários do advogado, através de alvará específico, também expedido nesta data, ambos para pagamento em 45 dias úteis. Os valores pagos correspondem à totalidade do pedido autoral, com quitação inclusive da correção monetária, juros de mora e demais obrigações pecuniárias e acessórias.

Os recebimentos dos valores aqui acordados, por seus respectivos beneficiários, devem ocorrer nos exatos termos das quantias estabelecidas neste termo, sob pena de incidência do crime de apropriação indébita, conforme art. 168, § 1º, III, do Código Penal, sem prejuízo a infração disciplinar disposta no art. 34, XXI da Lei nº. 8.906/94.

É de se ressaltar que a transação realizada nos autos do processo em epígrafe não gera qualquer tipo de precedente, não obrigando a Ré ou qualquer Seguradora integrante do “Consórcio DPVAT”, a celebrar acordo em processos judiciais similares ao ora tratado.

Fica pactuado ainda, entre as partes, que o percentual de 50% (cinquenta por cento) das custas do processo será pago pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar desta data.

Os 50% (cinquenta por cento) restantes serão pagos pela parte autora, ficando suspensa sua exigibilidade caso seja beneficiária da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.

Quando do pagamento e recebimento discriminado, como por força deste TERMO DE ACORDO/ ALVARÁ JUDICIAL, o (a) Autor (a) dará à Ré a mais ampla, plena, rasa, total, geral, irretratável e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, seja a que título for, em Juízo ou fora dele, sob qualquer fundamento e alegação, valores oriundos do acidente automobilístico descrito na inicial, tendo sido vitimado o promovente citado na inicial, relativo à indenização



por invalidez, correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos.

Sem prejuízo do exposto, em apreço ao Princípio da Eventualidade, requer ainda a Ré:

- o desbloqueio de contas, caso tenham sido bloqueadas on-line;
- a baixa de eventual penhora, no caso de bens já penhorados;
- recolhimento do mandado de penhora e intimação de execução, caso já tenham sido expedidas por este

d. Juízo.

- A carta do Preposto, Substabelecimento, Procuração e Atos Constitutivos encontram-se acautelados no Cartório, sendo válidos apenas para este ato.

Assim sendo, e estando as partes ajustadas e acordadas, sem nenhuma ressalva e oposição, ratificam o inteiro teor deste TERMO DE ACORDO/ALVARÁ JUDICIAL, valendo para todos os efeitos legais, inclusive com relação ao encerramento definitivo e respectiva baixa da ação acima referida, fazendo coisa julgada.

Termos em que pede deferimento.

Conciliador(a) <u>Zilcyra Henriques da Silva</u>	Adv. Autor <u>Adailton Neto</u>
Parte Autora: <u>[assinatura]</u>	Adv. Seguradora <u>[assinatura]</u>
Seguradora: <u>[assinatura]</u>	

HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL (Mutirão de DPVAT)

Homologo, por **SENTENÇA**, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo supra, extinguindo o processo com resolução do mérito e assim o faço com fulcro no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil.

Homologo ainda a renúncia do prazo recursal requerida pelas partes.

Este termo conterà o respectivo alvará judicial relativo aos valores da parte autora e o alvará referente aos honorários será expedido em separado.

Partes de logo intimadas. Publicada neste ato. Registre-se.

Comprovado o pagamento das custas processuais, archive-se com a devida baixa.

João Pessoa/PB, 22 de novembro de 2016.

ALVARÁ JUDICIAL

Pelo presente Alvará Judicial, o magistrado subscritor abaixo identificado AUTORIZA ao Banco do Brasil S/A a liberação, no prazo de 45 dias úteis, a contar desta data, dos valores depositados em nome da parte autora e referente ao presente processo, cujos dados se encontram inseridos neste termo, no valor de **R\$ 1.012,50 (um mil e doze reais e cinquenta centavos)**. A liberação/levantamento deve ocorrer alcançando possíveis atualizações monetárias verificadas após o efetivo depósito, mediante a identificação do beneficiário.

João Pessoa/PB, 22 de novembro de 2016.

Conferencista: [assinatura]

Magistrados

Juiz Bruno César de Azevedo Isidro

Juiz Fábio Leandro de Alencar Cunha

Juíza Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas

Juiz Ricardo da Costa Freitas

Juiz Antonio Carneiro de Paiva Junior

Juíza Maria das Graças Fernandes Duarte

Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga





Poder Judiciário da Paraíba
13ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22) 0804606-02.2016.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Considerando que houve a homologação da sentença em acordo realizado em mutirão, bem como o pagamento das custas processuais, arquivem-se os autos com as cautelas legais.

JOÃO PESSOA, 14 de abril de 2020.

ANDRÉA CARLA MENDES NUNES GALDINO

Juiz(a) de Direito

PORTARIA GAPRE nº 578 de 06/04/2020.

